

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

KAUANY LUIZA MANTELLI

**GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA: ANÁLISE COMPARATIVA
DA COBERTURA MIDIÁTICA DA FOLHA DE SÃO PAULO SOBRE O
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF E A CONDENAÇÃO DE JAIR
BOLSONARO**

São Borja

2025

KAUANY LUIZA MANTELLI

**GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA: ANÁLISE COMPARATIVA DA
COBERTURA MIDIÁTICA DA FOLHA DE SÃO PAULO SOBRE O *IMPEACHMENT* DE
DILMA ROUSSEFF E A CONDENAÇÃO DE JAIR BOLSONARO**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação apresentado como requisito
parcial para a obtenção do título de
Relações Públicas à Universidade
Federal do Pampa, campus São
Borja-RS.

Orientadora: Larissa Conceição dos Santos

São Borja

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M292g MANTELLI, KAUANY LUIZA MANTELLI
GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA: ANÁLISE COMPARATIVA
DA COBERTURA MIDIÁTICA DA FOLHA DE SÃO PAULO SOBRE O
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF E A CONDENAÇÃO DE JAIR BOLSONARO
/ KAUANY LUIZA MANTELLI MANTELLI.
96 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES PÚBLICAS, 2025.
"Orientação: Larissa Conceição dos Santos Santos".

1. Comunicação. 2. Relações Públicas. 3. Análise Crítica do
Discurso. 4. Gênero. 5. Imagem Pública. I. Título.

KAUANY LUIZA MANTELLI

**GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA: ANÁLISE COMPARATIVA DA COBERTURA
MIDIÁTICA DA FOLHA DE SÃO PAULO SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF E A
CONDENAÇÃO DE JAIR BOLSONARO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado
em Relações Públicas da Universidade
Federal do Pampa, como requisito
parcial para a obtenção do Título de
Bacharel em Relações Públicas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 15/12/2025.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Larissa Conceição dos Santos
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof. Dra. Paula Daniele Pavan
Avaliadora
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Paulo Júnior Melo da Luz
(Processocom -UNISINOS)



Assinado eletronicamente por **LARISSA CONCEICAO DOS SANTOS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/12/2025, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **PAULA DANIELE PAVAN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/12/2025, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Paulo Júnior Melo da Luz, Usuário Externo**, em 18/12/2025, às 22:20, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1929078** e o código CRC **B8F26A7C**.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, em seus múltiplos espaços de poder e resistência, enfrentam o peso de um discurso que busca silenciar suas vozes e moralizar suas ações.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa o desfecho de uma importante etapa da minha vida, mas também o início de muitos outros caminhos que pretendo trilhar. A jornada até aqui foi marcada por apoio incondicional, aprendizado e, sobretudo, pela presença de pessoas e seres que o universo me apresentou, a quem eu devo a minha profunda gratidão pela honra de ter vivido tudo isso.

Em primeiro lugar, agradeço profundamente à minha família, que sempre foi o alicerce da minha vida. O meu pai, exemplo de dedicação e integridade, obrigada pelo apoio incondicional. Ao meu dindo Matias, figura carinhosa e que me acompanhou durante toda minha vida, e também marcou minha trajetória acadêmica. Ao meu bisavô Ivo, com toda a sua força e coragem que me inspira todos os dias. Ao meu avô Luiz Mantelli, cuja memória carrego com carinho e admiração, ele foi a pessoa mais amorosa que conheci e pude ter a oportunidade de conviver, foi contigo e com meu pai que aprendi sobre política, um assunto que sempre me cercou, moldando a minha visão de mundo e minha postura diante dos desafios.

À minha mãe, minha primeira inspiração e a fonte inesgotável de amor e força, merece o meu mais profundo agradecimento. Ela me ensinou desde cedo o valor da perseverança e da coragem. Foi caminhando com ela que aprendi a importância de lutar pelos meus sonhos, mesmo diante de tantas adversidades. Seu exemplo de dedicação e sua sabedoria são pilares que me sustentam e a sua presença constante é o que me impulsiona a seguir sempre em frente.

Minha avó Márcia, mulher forte e corajosa, representa para mim a resistência. Com seu jeito firme e carinhoso, ela me ensinou sobre dignidade, respeito e a importância da luta por direitos. Seu amor incondicional e sua força silenciosa estão presentes em cada passo que dou.

À minha bisavó Saula, uma verdadeira guerreira e minha primeira professora, foi uma influência marcada na minha vida desde os primeiros passos. Foi com ela que dei os primeiros passos no aprendizado, não apenas das letras, mas dos valores de

coragem e amor. Ela representa a resistência feminina das gerações passadas, e seu legado é uma inspiração diária que carrego com muito carinho e amor todos os dias.

À minha irmã, Valentina, minha companheira de vida. Em sua coragem e determinação, vejo a expressão viva da luta feminina e do compromisso com um mundo mais justo. Me enche de orgulho ser sua irmã.

Ao meu irmão, Enrico. Sua pureza, curiosidade e sorriso contagioso são uma lembrança constante da importância da simplicidade em meio aos desafios da vida. Mesmo tão bebê, você é uma fonte de inspiração para mim.

Quero expressar todo o meu amor e gratidão ao Vitório, meu fiel companheiro. Mais do que um cachorro, ele foi o meu conforto silencioso nos momentos difíceis, a presença acolhedora e constante que encheu meus dias de alegria e afeto. Vitório sempre esteve ao meu lado, me ouvindo e até mesmo secando minhas lágrimas com suas lambidas cheias de amor. Seu olhar cheio de carinho me fez sentir que nunca estive sozinha. A companhia dele foi, sem dúvida, um dos maiores suportes emocionais que tive durante esta jornada, e é com muito amor que dedico a ele um lugar especial nesse trabalho.

Aos amigos que ficaram em minha cidade, agradeço pela amizade que mesmo à distância se manteve firme com palavras de apoio e encorajamento. Obrigada Ana e Jaine por toda a cumplicidade de todos esses anos. Aos que aqui se tornaram família, sou muito grata pela convivência diária, pelas risadas, pelos momentos de apoio e pelos desafios enfrentados ao lado de vocês. Elis, Duda, Lauren, Hadassa e Mari, obrigada por serem minha família, vocês foram essenciais na minha jornada, foram o apoio que eu precisava para terminar esse ciclo. Ao Toni, Victor, Taynáh, Kevinton, Fabíola, Lucas, Klissman, Guilherme, Kauana, Emanuela, Elizabeth, Larissa meu muito obrigada por me acompanharem nessa jornada.

Gostaria de agradecer às minhas orientadoras, a professora Carmen, que me acompanhou no Projeto em Relações Públicas e a professora Larissa, que finalizou o trabalho comigo e sempre acreditou em mim. São duas mulheres fortes que, além de compartilharem seus conhecimentos comigo, foram verdadeiras fontes de

inspiração ao longo de todo o processo deste trabalho. A professora Larissa, obrigada por toda a paciência, entusiasmo, conhecimento e apoio constante. Sou imensamente grata por ter contato com a parceria e o exemplo dessas duas profissionais incríveis, que fizeram toda a diferença na minha formação e crescimento pessoal.

Também, tenho um carinho especial aos meus colegas do IGP, que além de parceiros de trabalho tornam-se grandes amigos, compartilhando rotinas, aprendizados e cumplicidade.

Agradeço de coração à Lauren e à Nathi, companheiras de jornada com quem dividi a vida e o apartamento nos últimos anos. Vocês foram mais que amigas: foram família, escuta e amor no dia a dia, oferecendo suporte constante nos momentos bons e difíceis. Compartilhar o cotidiano com vocês me trouxe conforto, aprendizado e muitas risadas, tornando essa fase ainda mais especial e leve. Sou imensamente grata por cada momento compartilhado e pela parceria que fortaleceu durante a nossa caminhada.

Por fim, agradeço a todas as pessoas, sejam mencionadas aqui ou que naturalmente passaram pela minha vida ao longo dessa jornada. Cada gesto de apoio, palavra de incentivo e demonstração de afeto foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui. Esse trabalho é o resultado de um esforço coletivo, e é com gratidão no coração que compartilho essa conquista, dedicando-o a todos que, de alguma forma contribuíram para que o sonho da graduação se tornasse realidade.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) investiga a construção discursiva da imagem pública de líderes políticos brasileiros, focando no contraste de gênero na cobertura midiática das crises políticas envolvendo a ex-presidenta Dilma Rousseff, em seu processo de *impeachment* em 2016, e Jair Bolsonaro, em sua condição de réu por tentativa de golpe de Estado, em 2025. O objetivo central é demonstrar o duplo padrão discursivo empregado pela mídia, que tende a psicologizar e moralizar a liderança feminina, enquanto confere um tratamento técnico e institucional à liderança masculina. A metodologia adotada é a Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough, aplicada a um corpus de seis reportagens jornalísticas (três para cada ex-presidente), examinadas em suas dimensões textuais, de práticas discursivas e de prática social. Os resultados da análise comparativa revelam que a cobertura de Dilma Rousseff mobilizou um interdiscurso de gênero, utilizando termos emocionais e invadindo a esfera privada para deslegitimar sua atuação política. Em contrapartida, a cobertura de Jair Bolsonaro manteve um escudo discursivo, utilizando termos técnicos e institucionais, o que impediu a personalização e moralização de suas crises. Dessa forma, conclui-se que o discurso midiático, ao atuar como suporte da hegemonia, contribui para a reprodução da ideologia patriarcal na esfera pública, regulando a performance de gênero no poder e influenciando a opinião pública através da naturalização de estereótipos.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Gênero; Imagem Pública; Dilma Rousseff; Jair Bolsonaro.

ABSTRACT

This undergraduate thesis investigates the discursive construction of the public image of Brazilian political leaders, focusing on the gender contrast in media coverage of the political crises involving former President Dilma Rousseff during her impeachment process in 2016, and Jair Bolsonaro as a defendant for attempted coup d'état in 2025. The central objective is to demonstrate the double discursive pattern employed by the media, which tends to psychologize and moralize female leadership, while conferring a technical and institutional treatment to male leadership. The methodology adopted is Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis (CDA), applied to a corpus of six journalistic reports (three for each former president), examined in their textual, discursive practice, and social practice dimensions. The results of the comparative analysis reveal that the coverage of Dilma Rousseff mobilized a gender interdiscourse, using emotional terms and invading the private sphere to delegitimize her political actions. In contrast, the media coverage of Jair Bolsonaro maintained a discursive shield, using technical and institutional terms, which prevented the personalization and moralization of his crises. Therefore, it can be concluded that media discourse, by acting as a support for hegemony, contributes to the reproduction of patriarchal ideology in the public sphere, regulating gender performance in power and influencing public opinion through the naturalization of stereotypes.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Gender; Public Image; Dilma Rousseff; Jair Bolsonaro.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 GÊNERO E IMAGEM PÚBLICA NA POLÍTICA | 12 |
| 2.1 Imagem Pública | 12 |
| 2.2 Gênero e Estereótipos | 13 |
| 3 PERCURSO BIOGRÁFICO DOS EX-PRESIDENTES | 17 |
| 3.1 Dilma Rousseff: da presidência ao impeachment | 17 |
| 3.2 Jair Bolsonaro: de capitão a réu | 19 |
| 3.3 Contextualização: momento de crise política e jurídica de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro | 21 |
| 3.3.1 Dilma Rousseff e o processo de impeachment (2016) | 21 |
| 3.3.2 Jair Bolsonaro e o processo criminal no STF (2024) | 23 |
| 4 METODOLOGIAS DA PESQUISA | 25 |
| 4.1 Abordagem qualitativa e natureza da pesquisa | 25 |
| 4.2 Métodos de coleta de dados | 26 |
| 4.2.1 Análise Documental | 26 |
| 4.2.2 Análise de Discurso Crítica | 27 |
| 4.3 Procedimento de análise de dados | 28 |
| 5 A SEQUÊNCIA DISCURSIVA DA FOLHA DE SÃO PAULO DE DESLEGITIMAÇÃO DE DILMA ROUSSEFF E A ESCOLHA DO CORPUS | 29 |
| 5.1 Termos-chaves das Manchetes | 29 |
| 5.2 Análise de Conteúdo | 31 |
| 5.2.1 A Função Ideológica dos termos-chave | 31 |
| 5.2.2 Análise do Caso Dilma Rousseff - Semana Anterior a Votação do Processo do Impeachment | 32 |
| 5.2.2.1 Dimensão Textual | 33 |
| 5.2.2.1.1 Vocabulário | 34 |
| 5.2.2.1.2 Gramática | 34 |
| 5.2.2.2 Dimensão da Prática Discursiva | 35 |
| 5.2.2.2.1 Heterogeneidade Discursiva | 35 |
| 5.2.2.2.2 Seleção das Vozes | 36 |
| 5.2.2.3 Dimensões da Prática Social | 36 |
| 5.2.2.3.1 A Despolitização do Impeachment e a Ideologia da Incompetência Feminina | 36 |
| 5.2.2.3.2 A Imagem Pública Projetada | 37 |
| 5.2.3 Análise do Caso Dilma - Semana do Julgamento do Processo de Impeachment | 38 |
| 5.2.3.1 Dimensão Textual | 38 |
| 5.2.3.1.1 A Crítica de Lula | 39 |
| 5.2.3.2 Dimensão da Prática Discursiva | 40 |

| | |
|---|-----------|
| 5.2.3.2.1 A Desqualificação..... | 40 |
| 5.2.3.2.2 Intertextualidade | 40 |
| 5.2.3.3 Dimensões da Prática Social..... | 41 |
| 5.2.3.3.1 A Imagem Pública Projetada | 41 |
| 5.2.4 Análise do Caso Dilma - Semana Pós Votação do Processo de Impeachment..... | 42 |
| 5.2.4.1 Dimensão Textual..... | 43 |
| 5.2.4.1.1 Vocabulário..... | 43 |
| 5.2.4.1.2 Gramática | 43 |
| 5.2.4.2 Dimensões da Prática Discursiva | 44 |
| 5.2.4.2.1 O Desvio do Foco Político | 45 |
| 5.2.4.2.2 A Desumanização Pós-Poder | 45 |
| 5.2.4.3 Dimensões da Prática Social..... | 45 |
| 5.2.4.3.1 A Perseguição da Vida Pessoal como Mecanismo de Controle de Gênero | 45 |
| 5.2.4.3.2 Projeção da Imagem Pública Pós-Impeachment..... | 46 |
| 6 A SEQUÊNCIA DISCURSIVA DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO SOBRE O PROCESSO DE JULGAMENTO DE JAIR BOLSONARO E A ESCOLHA DO CORPUS | 48 |
| 6.1 Termos-chaves das Manchetes | 48 |
| 6.2 Análise de conteúdo..... | 49 |
| 6.2.1 A Função Ideológica dos Termos-chave | 50 |
| 6.2.2 Análise do Caso Jair Bolsonaro - Semana Anterior ao Início do Julgamento | 51 |
| 6.2.2.1 Dimensão Textual..... | 52 |
| 6.2.2.1.1 Vocabulário | 52 |
| 6.2.2.1.2 Gramática | 53 |
| 6.2.2.2 Dimensões da Prática Discursiva | 54 |
| 6.2.2.2.1 O Desvio do Foco Pessoal | 54 |
| 6.2.2.2.2 Projeção da Imagem Pública | 55 |
| 6.2.3 Análise do Caso Jair Bolsonaro - Semana do Julgamento..... | 55 |
| 6.2.3.1 Dimensão Textual..... | 56 |
| 6.2.3.1.1 Vocabulário..... | 56 |
| 6.2.3.1.2 Gramática | 57 |
| 6.2.3.2 Dimensões Discursivas | 57 |
| 6.2.3.2.1 O Desvio do Foco Pessoal | 57 |
| 6.2.3.2.2 A Blindagem Pós-Poder | 58 |
| 6.2.3.3 Dimensão da Prática Social..... | 58 |
| 6.2.4 Análise do Caso Jair Bolsonaro - Semana Após o Julgamento | 59 |
| 6.2.4.1 Dimensão Textual..... | 60 |
| 6.2.4.1.1 Vocabulário..... | 60 |
| 6.2.4.1.2 Gramática | 60 |

| | |
|---|-----------|
| 6.2.4.2 Dimensões Discursivas | 61 |
| 6.2.4.2.1 O Desvio do Foco Pessoal | 61 |
| 6.2.4.2.2 A Blindagem Pós-Poder | 61 |
| 6.2.4.3 Dimensão da Prática Social..... | 61 |
| 6.2.4.3.1 Projeção da Imagem Pública | 62 |
| 7. A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO GÊNERO NA CRISE POLÍTICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DILMA ROUSSEFF E JAIR BOLSONARO..... | 63 |
| 7.1. Dimensões textuais | 63 |
| 7.2 Prática discursiva..... | 64 |
| 7.3 A opinião pública e o efeito da mídia..... | 65 |
| 7.4 Prática social..... | 65 |
| 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 68 |
| REFERÊNCIAS | 70 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| Imagem 1: <i>Printscreen</i> de reportagem da Folha de São Paulo “Tarcísio é tratado como presidenciável em evento de banco e fala em ‘time pró-Brasil para 2026’ 15 | 15 |
| Imagem 2: <i>Printscreen</i> de reportagem da Folha de São Paulo “Podcast discute ataques a Marina Silva em momento de derrotas na pauta ambiental. 15 | 15 |
| Imagem 3: <i>Printscreen</i> do jornal Folha de São Paulo “Dilma cumpre só um terço do que previu no início do ano” 18 | 18 |
| Imagem 4: <i>Printscreen</i> do jornal Folha de São Paulo “Governo Dilma enfrenta a menor oposição desde 1988”. 19 | 19 |
| Imagem 5: <i>Printscreen</i> da reportagem “Seis ex-ministros de Dilma Rousseff aderem ao impeachment” publicada pela Folha de São Paulo. 33 | 33 |
| Imagem 6: <i>Printscreen</i> da notícia “Lula e Dilma fazem última investida por votos contra o impeachment” do jornal Folha de São Paulo..... 38 | 38 |
| Imagem 7: <i>Printscreen</i> da notícia “Dilma irá morar em apartamento a 200 metros da praia no Rio“ publicada pela Folha de São Paulo. 42 | 42 |
| Imagem 8: <i>Printscreen</i> da reportagem “Julgamento de Bolsonaro no STF projeta embate sobre delação, penas e sobreposição de crimes” da Folha de São Paulo.... 51 | 51 |
| Imagem 9: <i>Printscreen</i> da reportagem “STF começa julgamento sobre trama golpista que deve sacramentar destino de Bolsonaro“ do jornal Folha de São Paulo..... 56 | 56 |
| Imagem 10: <i>Printscreen</i> da reportagem “STF estima que prisão de Bolsonaro para cumprir pena deve ocorrer até dezembro” do jornal Folha de São Paulo..... 59 | 59 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Título das manchetes | 29 |
| Quadro 2: Termos-chave presente nas manchetes..... | 31 |
| Quadro 3: Distribuição de verbos na reportagem..... | 34 |
| Quadro 4: Construção da Imagem Pública de Dilma na Reportagem | 37 |
| Quadro 5: Posição de Dilma na Narrativa..... | 39 |
| Quadro 6: Reforço da Imagem Negativa..... | 40 |
| Quadro 6: Vizinhos como Agentes de Julgamento..... | 44 |
| Quadro 7: Gênero e a Invasão da Esfera Privada como Forma de Perseguição | 46 |
| Quadro 8: Título das Manchetes | 48 |
| Quadro 9: Termos-chave presente nas manchetes..... | 50 |
| Quadro 10: Especialistas como Agentes de Racionalização..... | 53 |
| Quadro 11: Elementos discursivos na projeção da imagem de Bolsonaro | 54 |
| Quadro 12: Esferas Federais como Agentes | 57 |
| Quadro 13: Elementos discursivos na projeção da imagem de Bolsonaro | 58 |
| Quadro 14: Elementos Discursivos | 62 |
| Quadro 15: Tabela comparativa entre Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro | 66 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da cobertura midiática sobre dois fatos ocorridos com ex-presidentes do Brasil. O pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff; e Jair Bolsonaro, ao se tornar réu por tentativa de golpe de Estado. Nesse período, os ex-presidentes tiveram expressiva atenção dos meios de comunicação. Uma observação inicial sugere que existe diferença de tratamento em relação a figuras públicas femininas e masculinas. A proposta parte da premissa de como a mídia constrói e repercute os fatos, através de suas notícias, colaborando para a formação de uma dada imagem sobre os personagens envolvidos e como isso pode influenciar na percepção por diferentes aspectos, dentre eles, a questão do gênero.

Ao observar discursos produzidos por jornais de grande circulação no país, especialmente o jornal Folha de São Paulo, podemos identificar como os padrões narrativos reforçam o estereótipo de gênero. No caso de Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta no Brasil, a forma como sua imagem foi construída durante essa polêmica merece uma comparação à cobertura recebida por outro ex-presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, em contextos semelhantes de crise política.

Ademais, o presente estudo busca compreender e refletir sobre como o gênero influencia a construção midiática da imagem de figuras políticas, contribuindo no campo da comunicação, especialmente no que tange ao papel da mídia na manutenção e contestação de desigualdades.

Na sociedade atual, as mídias desempenham um papel fundamental na construção da imagem pública de figuras políticas. O modo com que os veículos de imprensa escolhem narrar os fatos e destacar determinados momentos pode influenciar na percepção da visão coletiva de um grupo sobre determinado assunto, ou seja, na opinião pública. No cenário político brasileiro, os episódios envolvendo os ex-presidentes, como no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e na condição de réu de Jair Bolsonaro, proporcionam um espaço para observar como esses discursos midiáticos e as narrativas são produzidas contribuindo para a construção e desconstrução da imagem pública.

Nesse sentido, a complexidade da imagem pública, que abrange ações, discursos e comportamentos próprios da política e das instituições públicas, é transformada em matéria

jornalística, peça de propaganda, argumento de acusação e opinião (Weber, 2009, p. 11).

Além disso, é importante destacar que, historicamente, a identidade de gênero das figuras políticas tende a impactar o cenário midiático. Por exemplo, a trajetória de mulheres em espaços de poder público ainda enfrenta desafios voltados aos estereótipos e preconceitos, que se manifestam nos discursos jornalísticos.

Ao realizar a comparação entre as duas figuras públicas, no primeiro caso Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, e o caso de Jair Bolsonaro, militar da reserva com longa carreira política, podemos perceber a diferenciação no tratamento midiático com base no gênero em momento de crise.

Dessa forma, nasci e cresci em Vista Gaúcha, um pequeno município localizado no interior do Rio Grande do Sul, com cerca de 2.700 habitantes. Venho de uma família com forte tradição política, na qual sempre estive indiretamente envolvida nesse campo. Em um meio marcado por valores tradicionais e com forte presença masculina, a representação feminina na política sempre foi algo que me deixava intrigada, pois é escassa e desestimulada.

Apesar do contato com a política desde a infância, a ausência de mulheres no meio político gerava uma inquietação, principalmente àquelas que acolhessem pautas que dão voz ao feminino na sociedade. Por muitas vezes me questionei em como poderia ser compreendida em um espaço onde, historicamente, apenas vozes masculinas predominam. Como uma mulher poderia conseguir falar e ser ouvida em um ambiente moldado por homens, que, em sua maioria, apenas escutam uns aos outros?

Dessa vivência e inquietação pessoal despertou o interesse em desenvolver um trabalho no qual eu possa aprofundar o estudo em como as mulheres são tratadas pela mídia no cenário político, especialmente, quando comparada aos homens. Diante disso, surgiu a ideia de comparar duas figuras políticas nacionalmente conhecidas, de gêneros distintos, observando como foram retratados pela mídia ao se encontrarem em momentos de crise política que impactou diretamente suas imagens públicas.

A partir desse cenário, surge o seguinte problema de pesquisa:

Como a cobertura midiática da Folha de São Paulo, durante momentos de crise envolvendo os ex-presidentes Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, direcionou a

construção de suas imagens públicas, evidenciando ou reforçando estereótipos de gênero?

O objetivo geral do trabalho é analisar, de forma comparativa, como a cobertura do portal de notícias Folha de São Paulo construiu a imagem pública de Dilma Rousseff, em seu processo de *impeachment*, e Jair Bolsonaro, em sua condição de réu. A partir disso, são propostos também os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a presença do gênero enquanto parte da construção da imagem de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro em momento de crise política;
- Compreender de que forma o discurso retrata Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro em crise política e punição judicial no viés de gênero;
- Dialogar sobre a atuação da mídia na formação da opinião pública em contexto de crise a partir dos casos de deslegitimação moral e criminalização política.

Para Santaella (2001), a justificativa de um trabalho científico deve apresentar a importância que a pesquisa traz para a área, na teoria, na prática e no meio social. Dessa forma, a comparação da cobertura midiática de Dilma Rousseff e de Jair Bolsonaro, em momentos de crise política que impactou diretamente suas imagens, é fundamental para entender como o gênero pode influenciar na construção de suas imagens públicas em momentos de vulnerabilidade. De maneira geral, o que propúnhamos é que, enquanto a cobertura midiática de Dilma Rousseff trouxe posicionamentos de desqualificação pessoal e deixou evidente a questão de estereótipos de gênero, a cobertura de Jair Bolsonaro apresentou aspectos políticos e jurídicos, deixando de lado a mesma incidência de gênero.

Dessa forma, ao fazer um levantamento de trabalhos acadêmicos em repositórios abertos, como o Google Acadêmico, Portal CAPES, Intercom entre outros, com os principais termos da pesquisa como palavras-chaves para a procura, como por exemplo, imagem pública, representações midiáticas, gênero e política, estereótipos de gênero. Dessa forma, ao analisar os resumos e palavras-chaves, foi possível identificar vários trabalhos voltados à ex-presidente Dilma Rousseff nas mídias, principalmente no contexto de seu *impeachment*. Porém, a maioria dos trabalhos analisam o caso de forma isolada, sem realizar uma

comparação com outras figuras políticas masculinas em contextos semelhantes. Além do mais, foi notado que poucos estudos exploram de forma aprofundada como os estereótipos de gênero influenciam na construção dessas imagens públicas em situação de crise.

Com isso, este trabalho está estruturado em seis capítulos: o primeiro, que busca apresentar esta introdução; o segundo, dedicado à fundamentação teórica sobre a imagem pública, gênero e estereótipos; o terceiro contextualiza as trajetórias políticas de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro e seus momentos de crise; o quarto, detalha a metodologia adotada; o quinto expõe a análise de dados coletados; e, por fim o sexto capítulo, que traz as considerações finais.

Para tanto, visando responder o problema de pesquisa e atender aos objetivos propostos se realiza uma investigação de natureza exploratória, com métodos de análise de conteúdo e análise de discurso crítica com foco analítico em notícias veiculadas no jornal Folha de São Paulo. Dessa forma, este trabalho selecionou um total de seis reportagens impressas, pela questão de serem notícias abertas e de fácil acesso, sem limitação de acesso como em notícias digitais. Diante disso, foram escolhidas três matérias que abordam o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, abrangendo o período de uma semana antes até uma semana após a votação final no Senado, e três que tratam do julgamento de Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal, também compreendendo o intervalo de uma semana antes até uma semana após a decisão judicial. Essa seleção foi feita com o intuito de captar as narrativas midiáticas em momentos decisivos para a imagem pública de cada um, permitindo analisar e compreender como o discurso jornalístico construiu e repercutiu os acontecimentos em um contexto de crise política.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o campo das Relações Públicas não somente como base teórica sobre a comparação midiática, mas, também, promova a reflexão crítica sobre o papel das mídias na formação da opinião pública e as questões de gênero no ambiente político brasileiro.

2 GÊNERO E IMAGEM PÚBLICA NA POLÍTICA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o embasamento teórico que orienta esta pesquisa. A partir da análise de diferentes autores, busca-se compreender como a construção da imagem pública é influenciada pelo discurso midiático, especialmente em contextos de crise, e como os estereótipos de gênero podem interferir nesse processo. Os conceitos discutidos a seguir, fornecem um caminho para a análise comparativa entre os casos dos ex-presidentes Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, contribuindo para uma análise crítica das representações midiáticas apresentadas.

2.1 Imagem Pública

A Imagem Pública é essencial na construção da comunicação entre o público e a instituição. Segundo Verón (2004, p. 7), "a imagem pública não é um simples reflexo das qualidades ou características do sujeito, mas um produto discursivo, uma construção simbólica elaborada nos diferentes espaços midiáticos e sociais". Dessa forma, a imagem pública pode ser compreendida como um processo comunicacional, que estuda e dissemina a mensagem de forma estratégica, fazendo com que tenha um maior alcance e aceitação por parte do público.

Verón (1989) diz que a imagem pública é um fenômeno relacional, em que o discurso midiático exerce um papel determinante, moldando a forma de percepção do público. Dessa forma, no momento em que a informação chega ao público, não é uma simples reprodução do fato, mas sim, uma versão caracterizada por valores ideológicos e por interesses editoriais.

No caso das figuras políticas, como Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, a construção da imagem pública é ainda mais complexa, pois envolve valores ideológicos, o enquadramento na mídia e as expectativas sociais impostas em cima de duas figuras distintas. Charaudeau (2006) diz que a imagem do político é construída através da comunicação com o público, em que são analisados elementos como credibilidade, caráter e estilo pessoal, em que são constantemente modificados conforme o tratamento recebido na cobertura midiática.

Além disso, a construção da imagem pública não acontece de forma neutra, ela é moldada por gênero, classe, ideologia e contexto histórico. Ziller (2021) destaca que as mulheres em posições de poder político enfrentam enquadramentos midiáticos marcados por estereótipos de gênero, que desvalorizam as suas imagens públicas. No caso de Dilma Rousseff, é visível como certos discursos midiáticos operaram um mecanismo de desqualificação que transcendia a aparência. Mesmo adotando uma postura e vestimenta que poderiam ser interpretadas como "masculinizadas", uma tentativa de neutralizar a crítica de gênero, a mídia a retratou implacavelmente através de estereótipos femininos negativos. Sua firmeza política foi ressignificada como rudeza e mau humor, e sua autoridade, como histeria ou incompetência, reforçando a ideia de que a mulher no poder falha ao não se adequar ao papel de líder "feminina" dócil e conciliadora. Por outro lado, a imagem de Jair Bolsonaro foi construída e representada de uma maneira diferente, pois apresentou características tradicionalmente valorizadas no meio político, principalmente, quando associadas a figuras masculinas.

Segundo Weber (2009, p. 11), "conceitos como aparência, verdade, realidade, carisma, viabilidade, credibilidade, opinião pública e representações sociais" são fundamentais para discutir como a imagem pública contribui para a formação dessa imagem e como são manipulados e percebidos no meio político.

Dessa forma, analisar a construção da imagem pública em um momento de crise, como o momento em que as figuras políticas discutidas entram em uma crise política, é fundamental para analisar a forma como a mídia molda a opinião pública e na maneira como apresenta determinadas figuras políticas. A análise comparativa entre Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro apresenta várias maneiras de como os gêneros e fatores ideológicos influenciam o discurso jornalístico e, conseqüentemente, a imagem pública construída nos meios de comunicação.

2.2 Gênero e Estereótipos

As teorias de gênero vêm sendo discutidas com frequência por estudiosos, dessa forma, podemos afirmar que a terminologia não se limita a uma distinção biológica entre homens e mulheres, mas refere-se ao conjunto de construções sociais e culturais, quais são atribuídos a eles, considerado estereótipos. Scott (1991, p. 75) afirma que o "gênero é um elemento constitutivo das relações sociais

baseado em diferenças percebidas entre os sexos e um modo primário de significar relações de poder”.

Já Butler (1990) diz que o gênero é reproduzido diariamente por meio de atos e discurso, reproduzindo o mesmo comportamento estereotipado. Dessa forma, os discursos midiáticos apresentam um papel importante na construção e na manutenção de estereótipos de gênero, influenciando a percepção da forma em que figuras públicas femininas e masculinas são apresentadas pela mídia.

No meio de transmissão de notícias, nesse caso, matérias jornalísticas, o gênero é descrito, frequentemente, por meio de estereótipos e linguagem que reforça os papéis tradicionais impostos pela sociedade na questão de poder entre homem e mulher. Dessa forma, a cobertura midiática tende a desvalorizar e invisibilizar as mulheres nas repartições públicas, especialmente no cenário político.

Conforme Miguel e Biroli (2009), as mídias não apenas refletem as desigualdades de gênero presentes no campo político, mas também as promovem. Desse modo, podemos perceber que mulheres em cargos políticos enfrentam resistência por parte das mídias, que questionam a sua autoridade e a sua capacidade de liderança. Dilma Rousseff, primeira mulher presidente do Brasil, foi alvo de repercussões negativas por parte das mídias, enfatizando elementos que reforçam os estereótipos de gênero, mesmo se apresentando de maneira rude. com expressões austeras, roupas com cortes “masculinizados”, corte de cabelo curto, entre outros estereótipos da masculinidade.

Em contrapartida, figuras masculinas, como Jair Bolsonaro, tem a sua imagem construída com valores tradicionais que apontam atributos historicamente associados ao poder masculino. Miguel e Biroli (2014) discorrem que políticos homens tendem a receber um tratamento oposto ao das mulheres, caracterizando-os como fortes, bravos e destemidos, como podemos visualizar nos prints abaixo:

Imagem 1: Printscreen de reportagem da Folha de São Paulo “Tarcísio é tratado como presidenciável em evento de banco e fala em ‘time pró-Brasil para 2026’.

política > stf folhajes datafolha governo lula brasília hoje congresso nacional julgamento de bolsonaro PIAUI

HELLMANN'S
A VERDADEIRA MAIONESE E A MAIS
LEMBRADA
PELOS BRASILEIROS

HELLMANN'S
EST. 1913
35 ANOS

ELEIÇÕES 2026

Tarcísio é tratado como presidenciável em evento de banco e fala em 'time pró-Brasil para 2026'

- Governador de São Paulo não confirmou nem negou candidatura à Presidência no ano que vem
- Painel com Paulo Hartung, ex-governador do Espírito Santo, encerrou fórum do Bradesco Asset

Fonte: Jornal Folha de São Paulo

Imagem 2: *Printscreen* de reportagem da Folha de São Paulo “Podcast discute ataques a Marina Silva em momento de derrotas na pauta ambiental.

podcasts > café da manhã ilustríssima conversa meu inconsciente coletivo autoritários caso das 10 mil folha na sala presidente da semana

HELLMANN'S
A VERDADEIRA MAIONESE E A MAIS
LEMBRADA
PELOS BRASILEIROS

HELLMANN'S
EST. 1913
35 ANOS

CAFÉ DA MANHÃ TODAS

Podcast discute ataques a Marina Silva em momento de derrotas na pauta ambiental

Ex-deputada Manuela D'Ávila fala ao Café da Manhã sobre violência política de gênero no Brasil

FÉ UM CONTEÚDO

Fonte: Jornal Folha de São Paulo.

Dessa forma, analisar as representações de gênero na cobertura midiática é fundamental para entender como os estereótipos moldam a construção da imagem

pública de figuras políticas. Entre Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, a comparação entre as narrativas, impostas pelo jornal Folha de São Paulo, permite analisar a forma como a mídia retrata essas duas figuras públicas conhecidas, enfatizando as rupturas nos discursos de gênero e revelando as contradições na esfera pública contemporânea.

3 PERCURSO BIOGRÁFICO DOS EX-PRESIDENTES

3.1 Dilma Rousseff: da presidência ao *impeachment*

Conforme biografia disponibilizada pelo site oficial do governo (SECRETARIA-GERAL, 2022)¹, Dilma Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e é filha de Pedro Rousseff, um imigrante búlgaro naturalizado brasileiro, e de Dilma Jane Silva, professora. Além disso, cresceu em um ambiente de classe média e teve contato desde cedo com questões sociais e políticas. Nos anos 60, ingressou no movimento estudantil e, posteriormente, na organização da luta contra a ditadura militar. Pelo perfil ativista e militante, foi presa em 1970 e passou quase três anos reclusa, período de repressão em que foi submetida a inúmeras torturas.

Libertada em 1972, Dilma retornou aos estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), concluindo a graduação em Ciências Econômicas. Na década de 80, passou a integrar o governo gaúcho de Alceu Collares e, posteriormente, de Olívio Dutra, trabalhando especialmente nas áreas de energia e planejamento. Diante disso, a sua competência chamou a atenção do atual presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva, que a convidou para assumir o Ministério de Minas e Energia, no ano de 2003.

Com a sua atuação no Ministério de Minas e Energia, Dilma ficou conhecida por seu perfil de liderança e pela defesa de políticas públicas, especialmente, na parte petrolífera e na ampliação no programa Luz para Todos. Em 2005, com a saída de José Dirceu do comando da Casa Civil, Dilma foi promovida e assumiu o cargo, tornando-se uma das figuras mais próximas ao presidente Lula e uma das articuladoras de políticas de infraestrutura e programas sociais.

Com o passar do tempo, Dilma ganhou destaque no cenário político, sendo indicada por Lula como candidata à Presidência da República em 2010, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mesmo em um cenário dominado pela figura masculina, Dilma tornou-se a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, com uma campanha marcada na defesa de pautas sociais e políticas públicas.

¹Disponível em: BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Dilma Vana Rousseff: biografia completa**. Brasília, DF: Biblioteca da Presidência da República, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/dilma-vana-rousseff/biografia-completa/view>. Acesso em: 27 out. 2025.

O primeiro mandato (2011-2014) foi marcado por avanços em questões sociais e também por desafios econômicos. Em 2014 foi reeleita em um ambiente com fortes divergências políticas partidárias. A partir de 2015, Dilma enfrentou uma série de problemas, que resultaram em um processo de *impeachment*, baseado na acusação de “pedaladas fiscais” - prática contábil em que o governo atrasa recursos para bancos públicos para favorecer as contas públicas e apresentar um quadro mais favorável do que o real. O processo, encerrado em 2016, resultou na perda de seu mandato em meio a um cenário de intensas campanhas midiáticas contra o seu governo.

A trajetória de Dilma Rousseff foi marcada por grande influência da mídia na construção de sua imagem. Ao longo de sua carreira política, foi retratada, em alguns momentos, como uma gestora séria e competente, e em outros, com fortes estereótipos de gênero, sofrendo frequentes ataques machistas, como mostra nos *printscreens* abaixo. Segundo Sordi (2018), estudos apontam que a cobertura midiática durante o governo Dilma e no contexto do *impeachment* foi saturada por informações que desmerecem sua figura pelo simples fato de ser mulher em um espaço de poder ocupado predominantemente por homens.

Imagem 3: *Printscreen* do jornal Folha de São Paulo “Dilma cumpre só um terço do que previu no início do ano”.



Fonte: Jornal Folha de São Paulo.

Imagem 4: *Printscreen* do jornal Folha de São Paulo “Governo Dilma enfrenta a menor oposição desde 1988”.



Fonte: Jornal Folha de São Paulo.

Entretanto, mesmo após o *impeachment*, Dilma Rousseff permanece com uma figura importante no meio político. A experiência política e a forma como a sua imagem foi moldada pelas mídias oferecem várias possibilidades para entender como funcionam discursos e representações no cenário político brasileiro.

Atualmente, Dilma Rousseff é presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), popularmente conhecido como Banco dos BRICS - agrupamento político de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, Egito, Emirados Árabes, Arábia Saudita, Etiópia, Irã e Indonésia. Desde março de 2023, atua na sede da instituição em Xangai, na China, onde exerce diferentes funções. Mesmo após o seu afastamento da presidência, Dilma mantém participação ativa no meio internacional e em debates públicos sobre economia, desenvolvimento e democracia, continuando com relevância no cenário internacional.

3.2 Jair Bolsonaro: de capitão a réu

Conforme biografia (SECRETARIA-GERAL)², Jair Messias Bolsonaro nasceu no dia 21 de março de 1955, em Glicério, município localizado no interior de São Paulo. Bolsonaro, é oriundo de uma família tradicional, seu pai, Percy Geraldo Bolsonaro atuava como dentista prático, e sua mãe, Olinda Bonturi Bolsonaro, era dona de casa. Desde jovem demonstrou muito interesse em seguir carreira militar, ingressando na Academia das Agulhas Negras (AMAN) em 1973. Formou-se em oficial do Exército em 1977 e seguiu carreira militar tornando-se capitão.

Sua trajetória política começou pelo Partido Democrata Cristão (PDC), quando em 1988 foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro. Em 1990, foi eleito deputado federal, cargo que ocupou por sete mandatos seguidos, sempre eleito pelo estado do Rio de Janeiro. Durante seus mandatos, Jair destacou-se por seus discursos conservadores, patriotas e militares, defendendo pautas relacionadas aos valores tradicionais, segurança pública e direito dos militares.

A imagem pública de Bolsonaro foi construída como um político alinhado à direita, defensor do combate à criminalidade e crítico fervoroso à esquerda. Seu discurso, muitas vezes polêmico, conquistou diversos seguidores, mas também gerou debates intensos na sociedade brasileira. Foi alvo de críticas por declarações ofensivas à grupo minoritários, como a mulheres, negros, indígenas e LGBTQIAPN+.

Em 2018, após uma campanha com forte presença nas mídias sociais e com um discurso anti-esquerda, Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil pelo Partido Social Liberal (PSL). Sua eleição representou uma extrema mudança política no país, com a implantação de uma agenda totalmente conservadora e autoritária.

Durante o mandato (2019-2022), Bolsonaro implementou políticas públicas rudes, principalmente na questão de gastos públicos, liberalização da economia e na área de segurança. Seu mandato foi marcado por diversas crises políticas, ambientais e sanitárias, especialmente no enfrentamento da pandemia do Covid-19, período em que foi constantemente criticado por menosprezar a gravidade da doença e por se opor ao isolamento social e à vacinação.

Jair Messias Bolsonaro também enfrentou diversos problemas judiciais, incluindo processos relacionados à corrupção e à tentativa de golpe de estado, o que resultou na sua condição de réu na justiça brasileira. A forma em que se portava

²Disponível em: BRASIL. Presidência da República. **Jair Messias Bolsonaro: biografia**. Brasília, DF: Biblioteca da Presidência da República, [2025]. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/biografia/biografia>. Acesso em: 13 nov. 2025.

frente a opositores, à imprensa e a instituições democráticas intensificou a sua polarização política.

Nas eleições presidenciais de 2022, foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva, assim, deixando a Presidência do Brasil. Mesmo assim, o ex-presidente seguiu com forte influência em setores conservadores, como o agronegócio e o meio militar. Dessa forma, assim como Dilma Rousseff, Bolsonaro também ocupa lugar central no debate sobre as questões de gênero, poder e representatividade, mesmo que sua trajetória e seu discurso sejam bastante distintos.

3.3 Contextualização: momento de crise política e jurídica de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro

A trajetória de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, embora aconteceu em circunstâncias diferentes, é fundamental para entender o processo de poder, imagem pública e a relação com a mídia no Brasil. Ambos enfrentaram processos que impactaram significativamente suas carreiras e foram amplamente repercutidos na imprensa, influenciando a percepção sobre suas figuras políticas.

Imagem Pública é designação também equivalente à idéia de que se trata da opinião expressa de determinadas pessoas ou instituições sobre outras pessoas e instituições de projeção pública. Um grau de complexidade pode ser atribuído ao abordar a imagem como ilusão em oposição à verdade e à realidade. (Weber, 2009, p. 20).

Com isso, serão relacionados os contextos vividos pelos ex-presidentes, analisando como a mídia construiu suas imagens públicas em momentos de crise política, dando ênfase na diferença de tratamento atribuída a cada um deles em função do seu gênero.

3.3.1 Dilma Rousseff e o processo de impeachment (2016)

Dilma Rousseff foi eleita presidenta do Brasil em 2010 e reeleita no ano de 2014. Seu segundo mandato foi marcado por um cenário econômico instável, com um grande aumento de desemprego e crise fiscal. No meio político, o governo

apresentava grandes dificuldades no relacionamento com o Congresso Nacional e com a base aliada.

Em meio a esse cenário, o Congresso Nacional iniciou um movimento a favor da abertura de um processo de *impeachment*, alegando irregularidades fiscais. A principal acusação baseou-se nas “pedaladas fiscais”, atividade caracterizada pelo atraso de repasses do Tesouro Nacional para bancos públicos, com o objetivo de suavizar os resultados fiscais do governo.

O pedido de *impeachment* foi aceito por Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados da época, e o processo seguiu os trâmites previstos na Constituição Brasileira. Em abril de 2016, a Câmara aprovou a abertura do processo de *impeachment*, com a maioria dos votos. No mês de maio, o Senado afastou temporariamente Dilma Rousseff da presidência. O julgamento aconteceu no final de agosto de 2016, e resultou no *impeachment*.

Apesar de ter sido afastada da presidência por um processo de *impeachment*, Dilma Rousseff não teve seus direitos políticos cassados. Também não foi formalmente denunciada nem se tornou ré em processos criminais relacionados a esse episódio, pois esse tipo de prática realizada por Dilma é tratado como infração administrativa, e não como crime comum, o que diferencia o processo político do *impeachment* de um processo judicial criminal. Dessa forma, Dilma Rousseff não foi formalmente acusada ou julgada em instâncias judiciais por crimes comuns ou de corrupção.

O processo de *impeachment* foi alvo de controvérsias políticas e jurídicas³. Diversos setores da sociedade, estudiosos e observadores nacionais e internacionais atribuíram o afastamento da presidenta como um golpe de Estado, considerando que o *impeachment* foi realizado para remover do poder uma candidata eleita democraticamente, sem comprovação de crime previsto na legislação penal. Essa caracterização aponta que o processo desrespeitou princípios democráticos ao utilizar fundamentos políticos e econômicos para justificar o

³ Disponível em TENÓRIO, Jeferson. **Decisão que inocenta Dilma reforça que impeachment foi golpe de Estado**. UOL Notícias: Coluna Jeferson Tenório, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jeferson-tenorio/2023/08/22/decisao-que-inocenta-dilma-reforca-qu-e-impeachment-foi-golpe-de-estado.htm>. Acesso em: 18 out. 2025. e CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Depois de seis anos, ministro do STF admite: Dilma foi vítima de um golpe de Estado**. CUT Brasil, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/depois-de-seis-anos-ministro-do-stf-admite-dilma-foi-vitima-de-um-golpe-de-estad-116e>. Acesso em: 18 out.. 2025.

afastamento definitivo da presidenta, tornando esse episódio questionável na história da política brasileira.

Durante o período, Dilma Rousseff teve o nome mencionado, frequentemente, em matérias jornalísticas e em investigações relacionadas à Operação Lava Jato, que investiga um esquema de corrupção envolvendo grandes empresas estatais e políticos. Todavia, apesar da intensa repercussão na mídia, não houve a apresentação de denúncias formais contra ela.

3.3.2 Jair Bolsonaro e o processo criminal no STF (2024)

Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República em 2018, após uma longa trajetória política como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, cargo que ocupou por 7 mandatos. Sua eleição mudou o cenário político da época, ponderando o crescimento de um discurso conservador e patriotista, aliado com uma forte presença em mídias sociais e uma relação de confronto com meios tradicionais de comunicação. Durante seu mandato (2019-2022), Bolsonaro destacou-se pela postura direta e polêmica, por frequentes confrontos públicos com membros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Congresso Nacional e da imprensa. Esse período foi marcado com um aumento drástico de apoiadores fervorosos e opositores igualmente críticos.

Entretanto, nas eleições de 2022, Jair Bolsonaro foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva, que retornou ao poder após a disputa eleitoral. Com isso, Bolsonaro e seus seguidores passaram a questionar, com manifestações, disseminação de *fake news*, uso de redes sociais, a veracidade do processo eleitoral, alegando, sem provas, que o sistema de votação eletrônico estaria vulnerável e fraudulento. Essa postura, aderida ao ex-presidente, gerou uma série de tensões políticas, resultando em manifestações públicas contrárias à posse do presidente eleito, além de ameaçar a estabilidade democrática do país.

Um momento marcante dessa crise ocorreu no dia 08 de janeiro de 2023, quando milhares de apoiadores de Bolsonaro invadiram e depredaram prédios públicos, como o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Essa ação violenta foi interpretada como uma tentativa de golpe de Estado, pois tentou desestabilizar as instituições democráticas e impedir o funcionamento regular do governo. O fato teve repercussão internacional e reforçou

as investigações sobre a articulação do plano envolvendo o ex-presidente e seus aliados.

Em março de 2024, o Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República contra Jair Bolsonaro, que passou então à condição de réu em processo criminal. A acusação envolve a participação do ex-presidente em um plano para impedir a posse do novo presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo investigações, Bolsonaro teria realizado reuniões com membros do governo, integrantes das Forças Armadas e outras figuras políticas para discutir estratégias que seriam usadas para anular o pleito eleitoral e fomentar ações que ameaçassem a ordem democrática. Esse episódio representa um grave desrespeito às instituições brasileiras e provocam debates sobre a crise política que o país enfrenta.

É imperativo, contudo, contextualizar que, após o período de análise do *corpus* desta pesquisa, o ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado e preso em dezembro de 2025, cumprindo atualmente uma sentença de 27 anos e 3 meses anos por crimes contra o Estado Democrático de Direito. Embora este desdobramento judicial e a subsequente cobertura midiática sejam de extrema relevância para a história política recente, eles se situam fora do escopo temporal de estudo. O presente estudo se restringe à análise das práticas discursivas e estereótipos de gênero manifestados nas reportagens publicadas durante o período de seu julgamento, ou seja, antes da sua prisão, esse evento é mencionado apenas para fins de registro histórico e delimitação da pesquisa.

4 METODOLOGIAS DA PESQUISA

Este capítulo detalha a abordagem metodológica que será utilizada na pesquisa para investigar a construção da imagem pública de figuras políticas no cenário brasileiro, com foco nos casos de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. A pesquisa propõe analisar como a mídia produz notícias que constroem relações com identidades e ideologias, interpretando o “como” e o “porquê” das mensagens e não somente o que elas dizem. Dessa forma, serão exploradas abordagens qualitativas que permitam uma percepção aprofundada dos fatos estudados, considerando as interações entre imagem, gênero, discurso e contexto político.

4.1 Abordagem qualitativa e natureza da pesquisa

A natureza da pesquisa é predominantemente qualitativa, buscando compreender os significados, as interpretações e as construções sociais que permeiam a imagem pública de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. A abordagem qualitativa é o alinhamento ideal para a pesquisa, pois permite explorar a complexidade dos fenômenos midiáticos e políticos.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, no qual os pesquisadores estudam coisas em seus ambientes naturais, tentando dar sentido ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes atribuem. Isso é essencial para analisar como a imagem pública é percebida e construída em um ambiente midiático e político.

O caráter exploratório e descritivo da pesquisa irá permitir identificar e analisar os elementos que compõem a imagem pública dos ex-presidentes, bem como as estratégias utilizadas pela mídia na circulação de informações. A análise não se limita somente à descrição dos fatos ocorridos, mas busca interpretar as relações de poder, valores impostos e ideologias presentes nas narrativas midiáticas. Ademais, a flexibilidade da pesquisa qualitativa permite a adaptação do processo de coleta e análise de dados conforme novas questões e ideias surgirem ao longo do processo.

4.2 Métodos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de técnicas que permitiram capturar vários discursos midiáticos e suas implicações na imagem pública. As principais fontes de dados incluíram a análise documental e a análise de discurso.

4.2.1 Análise Documental

Foram analisadas matérias jornalísticas do jornal Folha de São Paulo, as matérias foram selecionadas a partir do jornal que circulou de formato impresso na época dos fatos, pelo fato do acesso ao site do jornal ser de forma gratuita nos materiais impressos.. A seleção dos materiais foi feita com base na sua relevância para o período de interesse, no caso de Dilma Rousseff o processo de *impeachment* e sobre a condição de réu de Jair Bolsonaro, e qual a importância no cenário midiático.

Para a escolha das matérias de análise, foram realizadas pesquisas no guia do site da Folha de São Paulo, com as palavras-chave “*impeachment*” e “réu”, “Dilma Rousseff” e “Jair Bolsonaro”. Além disso, foram filtradas para a análise notícias analisadas na semana anterior à votação do *impeachment*, na semana da votação e uma semana após a votação.

Após a coleta do material, optou-se pela observação de três matérias de autores diferentes, em seus recortes de tempo, sobre cada figura política com a intenção de captar elementos discursivos que contribuem para a construção da imagem dos dois ex-presidentes.

Um dos critérios de seleção das reportagens era que o nome do ex-presidente deveria constar no título. Dessa forma, a primeira notícia selecionada de Dilma Rousseff tem como título “Seis ex-ministros de Dilma Rousseff aderem ao *impeachment*”, publicada no dia 21 de agosto de 2016, exatos 10 dias antes da votação no Senado. A segunda notícia é intitulada como “Lula e Dilma fazem última investida por votos contra *impeachment*” publicada no dia 30 de agosto de 2016, um dia antes da votação iniciar. A última notícia selecionada foi após a votação, a qual culminou em seu *impeachment* e tem como título “Dilma irá morar em apartamento a 200 metros da praia no Rio”, publicada dia 03 de setembro de 2016, publicada três dias após o encerramento do processo. No caso de Jair Bolsonaro, foi selecionado

para o período anterior a semana do julgamento, a notícia intitulada “Julgamento de Bolsonaro no STF projeta embates sobre delação, penas e sobreposição de crimes”, publicada no dia 31 de agosto de 2025. Já a notícia escolhida para a semana do julgamento leva como título “STF começa julgamento sobre trama golpista que deve sacramentar destino de Bolsonaro” publicada no dia 1º de setembro de 2025. Na última reportagem, intitulada como “STF estima que prisão de Bolsonaro para cumprir pena deve ocorrer até dezembro”, publicada no dia 12 de setembro de 2025, 3 dias após a condenação estipulada pelo STF.

4.2.2 Análise de Discurso Crítica

A Análise de Discurso Crítica (ADC) será utilizada para aprofundar a compreensão das relações entre linguagem, poder e ideologia presente nos discursos midiáticos escolhidos. Conforme desenvolvida por Norman Fairclough, a ADC oferece uma abordagem para investigar como o uso da linguagem contribui para reprodução ou transformação social.

Fairclough (2003, p. 2), pontua que a ADC "se preocupa com o papel do discurso na produção e reprodução de relações de poder e dominação". O método é fundamental para compreender como as narrativas midiáticas sobre figuras políticas, como Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, são construídas.

O modelo tridimensional de análise de Fairclough, que será utilizado para a análise deste trabalho, segue três níveis. O primeiro passo é a análise linguística do material escolhido, pois é no texto que se manifestam as escolhas dos redatores em expressar suas ideias e posicionamentos. Fairclough (1992, p. 63) diz que "o texto é a dimensão linguística do evento discursivo", dessa forma, sendo o ponto inicial da análise.

No segundo passo, entra em jogo a prática discursiva, que investiga os processos de produção, distribuição e consumo do texto. Nesse processo, é investigado como o discurso é criado, quem o produz e para quem é destinado. O autor pontua que a prática discursiva "conecta o texto com o contexto social e cultural mais amplo" (Fairclough, 1992, p. 73), com isso, a análise não se limita somente ao que é dito, mas também de como e por que é dito.

Por fim, a prática social contextualiza o discurso, analisando as estruturas sociais e culturais que moldam o discurso. Nesse nível, podemos compreender

como o discurso contribui para a manutenção de ideologias, e também é onde revela seu caráter crítico, ao expor as conexões entre o discurso e as questões sociais.

Para Fairclough (1995, p.74), a ADC tende a "expor as ideologias e processos hegemônicos que operam no discurso". Contudo, ao aplicar essa abordagem aos discursos midiáticos sobre Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, é possível expor como as narrativas veiculadas pela mídia influenciam no cenário político, revelando como os valores impostos operam na construção de suas imagens públicas.

4.3 Procedimento de análise de dados

O procedimento para análise de dados consiste em três etapas. A primeira é a pré-análise em que é efetuada a coleta de materiais e a organização dos mesmos; na segunda etapa é efetuada a exploração do material, que consiste em definir suas categorias e classificar com o fator de relevância para a pesquisa; na terceira etapa foram analisadas profundamente os materiais selecionados, buscando identificar padrões e significados. Nessa etapa, estarão relacionados os discursos midiáticos, a imagem pública das figuras políticas e o contexto político-social. A interpretação é baseada nas teorias de imagem pública, gênero e análise do discurso, buscando construir uma compreensão sobre os fatos estudados.

5 A SEQUÊNCIA DISCURSIVA DA FOLHA DE SÃO PAULO DE DESLEGITIMAÇÃO DE DILMA ROUSSEFF E A ESCOLHA DO CORPUS

A análise crítica do discurso das três reportagens selecionadas⁴ revelam uma progressão discursiva que acompanha a trajetória de Dilma Rousseff da esfera do poder à vida privada pós-*impeachment*. O objetivo deste capítulo é integrar os achados textuais, as palavras-chave e as construções discursivas para demonstrar como o discurso jornalístico atuou na deslegitimação contínua da ex-presidente, com foco na desqualificação de gênero e na invasão da esfera privada.

Nesse meio, é importante destacar que a seleção do material foi guiada por um critério metodológico específico. As três reportagens, de Dilma Rousseff, foram extraídas do jornal Folha de São Paulo, focando exclusivamente em notícias da edição impressa no período que circunda a votação final do *impeachment*: uma semana antes, na semana da votação e uma semana após a votação. Essa delimitação de data e de veículo permite analisar como o discurso da mídia se moveu em relação a ex-presidente. Além disso, a escolha das reportagens representa uma progressão temporal no processo de *impeachment*, desde o abandono político por parte de aliados (R1), passando pela resistência (R2), até a invasão a sua vida privada pós-*impeachment* (R3).

5.1 Termos-chaves das Manchetes

As manchetes das três reportagens, embora distintas em seu foco imediato, compartilham um fio condutor que é a negação da agência política de Dilma Rousseff. A análise da escolha lexical de cada titular é fundamental para compreender a ordem do discurso que estabelece.

Quadro 1: Título das manchetes

| Reportagem | Título da manchete | Aprofundamento |
|------------|--|---|
| R1 | “Seis ex-ministros de Dilma Rousseff aderem ao | O verbo “aderir” se designa aos ex-ministros, |

⁴ Disponível na íntegra nos anexos.

| | | |
|----|---|---|
| | <i>impeachment</i> ⁵ | transformando-os em sujeitos ativos da narrativa. Dilma é o objeto passivo do abandono. Com isso, o foco se torna a ação dos outros e não na presidente. |
| R2 | “Lula e Dilma fazem última investida por votos contra <i>impeachment</i> ” ⁶ | A utilização da frase “última investida” evoca uma metáfora militar de fracasso, pré-estabelecendo uma derrota. A presença de Lula no título, por sua vez, reforça a ideia de que a ação de Dilma só é relevante quando associada à figura masculina. |
| R3 | “Dilma irá morar em apartamento de luxo no Rio de Janeiro” ⁷ | O interesse se desloca totalmente, pois passa do foco político para o pessoal, com ênfase no estilo de vida da ex-presidente. O termo “luxo” substitui o “ <i>impeachment</i> ” como meio de julgamento, e traz do meio político para o meio moral. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Com isso, a análise demonstra que as manchetes constroem uma narrativa de perda progressiva de poder e relevância. A primeira reportagem (R1) foca na traição (o abandono por parte de aliados), a segunda (R2) foca na derrota iminente (o fracasso da “última investida”), e a terceira (R3) na recolocação social (o novo endereço). O termo “*impeachment*” é o eixo central que liga a R1 e a R2, mas é substituído pelo “apartamento de luxo” em R3, deixando claro que o julgamento da

⁵ SEIS ex-ministros de Dilma Rousseff aderem ao impeachment. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2016. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1805273-seis-ex-ministros-dilma-rousseff-aderem-ao-impeachment.shtml>. Acesso em: 30 set. 2025.

⁶ LULA e Dilma fazem última investida por votos contra o impeachment. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 30 ago. 2016. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808657-lula-e-dilma-fazem-ultima-investida-por-votos-contra-o-impeachment.shtml>. Acesso em: 01 out. 2025.

⁷ DILMA irá morar em apartamento de luxo no Rio de Janeiro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 set. 2016. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1809903-dilma-ira-morar-em-apartamento-de-luxo-no-rio-de-janeiro.shtml>. Acesso em: 01 out. 2025.

ex-presidente migrou do tribunal político para o tribunal moral e social. Essa transição evidencia que a punição discursiva se estende além da perda de cargo.

5.2 Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo, focada na frequência de termos-chave, encontra seu significado mais profundo quando confrontada com as construções discursivas reveladas pela análise de discurso crítica. A contagem de termos na R1, e a análise qualitativa das demais, revelou a alta incidência de termos ligados a estereótipos de gênero e a falha de gestão pessoal.

5.2.1 A Função Ideológica dos termos-chave

A aparição de termos como “brincas”, “ressentimento”, “erros” e “não ouviu” mostra, na prática, como os conflitos estão sendo cada vez mais vistos em uma perspectiva diferente. O discurso jornalístico, nestes casos, optou por desviar o foco para a falha de caráter e relacionamento de Dilma, ao invés de se concentrar em questões políticas ou jurídicas.

Quadro 2: Termos-chave presente nas manchetes

| Reportagem | Termos-chave | Construção discursiva | Aprofundamento ideológico |
|------------|---|--|---|
| R1 | “brincas”, “ressentimento” “erros”, “não ouviu” | O discurso desvia o foco da crise política para a falha de caráter e relacionamento de Dilma. | Reforça o estereótipo da mulher no poder como emocionalmente instável ou incapaz de ferir egos masculinos, tornando a crítica política uma crítica pessoal. |
| R2 | “aderem”, “última investida”, Dilma como paciente | Dilma é a causa passiva do fracasso, enquanto os outros (Lulas e ex-ministros) são os agentes ativos | O discurso retira a capacidade de ação política de Dilma, transformando-a em um objeto das |

| | | | |
|-----------|--|--|---|
| | | da narrativa. | ações de terceiros, o que é um mecanismo de deslegitimação. |
| R3 | “apartamento de luxo”, “opinião de moradores” | O julgamento moral se estende ao estilo de vida e à aceitação social da ex-presidente. | O foco no “luxo” e na “aceitação” é a continuação da punição, negando à mulher pública o direito à privacidade e à redefinição de sua vida pós-poder. |

Fonte: elaborado pela autora.

Por meio do quadro, é possível visualizar os elementos discursivos sobre Dilma Rousseff nas matérias da Folha de São Paulo. Inicialmente, percebe-se a alta frequência de termos relacionados à falha pessoal e a inviabilização da Dilma como agente. Assim, evidencia-se a tentativa da construção de um discurso que desqualifique a liderança feminina na política.

A crítica não se limita somente à política, mas ataca a capacidade de Dilma, enquanto mulher, de liderar e participar da política. A reportagem a condena por não ter sido “agradável” (1), por não ter sido “subordinada” (R2), e por não ter sido “humilde” o suficiente para viver uma vida modesta após o afastamento da presidência (R3). Essa ligação de termos demonstra que a crise política foi apropriada pelo discurso para veicular uma crítica de gênero.

5.2.2 Análise do Caso Dilma Rousseff - Semana Anterior a Votação do Processo do *Impeachment*

A reportagem intitulada “Seis ex-ministros de Dilma Rousseff aderem ao *impeachment*” publicada pela Folha de São Paulo no dia 21 de agosto de 2016, exatamente 10 dias antes do afastamento da ex-presidente do cargo, tem sua análise conduzida sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme modelo proposto por Norman Fairclough (1992). Esse modelo teórico é fundamental para desvendar como o discurso mobiliza elementos linguísticos para a construção de uma imagem pública, sendo ela positiva ou negativa.

Imagem 5: *Printscreen* da reportagem “Seis ex-ministros de Dilma Rousseff aderem ao impeachment” publicada pela Folha de São Paulo.



Fonte: Jornal Folha de São Paulo.

Diante disso, Fairclough (1992) caracteriza o discurso como uma prática social que é moldada pelas estruturas sociais. A reportagem, no entanto, não é somente um reflexo da crise política enfrentada em 2016, mas um fator que participa da construção e legitimação desse feito.

A análise se desdobra em três dimensões propostas por Fairclough (1992, sendo:

- Textual;
- Prática discursiva;
- Prática Social.

5.2.2.1 Dimensão Textual

O primeiro passo é focar nas escolhas linguísticas e gramaticais apresentadas na reportagem, buscando identificar como a reportagem enquadra o conflito político em termos pessoais e como o emprego das palavras se torna com outro sentido quando aplicado a uma líder mulher.

5.2.2.1.1 Vocabulário

A reportagem utiliza um vocabulário que desvia o foco do debate constitucional e político para a esfera das emoções e dos relacionamentos interpessoais. O título “Seis ex-ministros de Dilma Rousseff aderem ao *impeachment*”, estabelece uma ideia de traição e no abandono de aliados próximos, o que apela ao drama político e apresenta a fragilidade do governo.

No decorrer da manchete, a motivação para a decisão dos ex-ministros é enquadrada em termos emocionais e pessoais. O emprego da palavra “ressentimento” e “constrangimento” - veiculadas por fontes anônimas, como notado na análise - transforma a decisão política como uma vingança pessoal ou uma mágoa ressentida, desvinculando-a de qualquer debate constitucional. No decorrer da análise, deu-se a entender que a falha de Dilma foi em gerir ego e emoções, e não em governar.

Essa desqualificação é reforçada pelo uso de termos informais, como “brincas”, que os ex-ministros teriam sofrido da “ex-chefe”. O termo “brincas” remete a uma figura de autoridade doméstica, ligado inteiramente à mulher. Com isso, podemos notar que a desqualificação do estilo de liderança de Dilma Rousseff, sugerindo que sua firmeza é, na verdade, mau humor, um estereótipo utilizado para desqualificar mulheres em posição de comando.

5.2.2.1.2 Gramática

A análise da gramática, revela quem foi apresentado como agente e quem é apresentado como paciente na narrativa, um mecanismo discursivo importante para a desqualificação apresentada.

Quadro 3: Distribuição de verbos na reportagem

| Ator | Ação | Efeitos |
|-------------|-------------|----------------|
|-------------|-------------|----------------|

| | | |
|----------------|--|---|
| Ex-ministros | “aderem ao <i>impeachment</i> ”, “apontam motivações pessoais” | São apresentados na reportagem como agentes ativos, validando a decisão como uma escolha coerente. |
| Dilma Rousseff | “cometeu erros”, “não se preocupou em construir uma relação”, “brincas sofridas da ex-chefe” | Coloca a ex-presidenta como a causa passiva do próprio fracasso. O discurso a condena por falha de caráter e de relacionamento com os ex-ministros. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Essa inversão gramatical é um mecanismo importante no que tange à desqualificação do feminino na liderança. Ao ser colocada como a causa passiva do mal-estar (“brincas sofridas da ex-chefe”), Dilma é transformada como responsável pelo seu próprio fracasso no governo. O discurso a isenta da responsabilidade política, mas a condena por uma falha de caráter e relacionamento interpessoais. Com isso, cresce a ideia de que mulher no poder é emocionalmente inadequada, principalmente para cargos altos.

5.2.2.2 Dimensão da Prática Discursiva

A segunda dimensão analisa como o texto foi produzido e como ele se relaciona com outros discursos, focando na seleção e combinação de elementos discursivos.

5.2.2.2.1 Heterogeneidade Discursiva

A reportagem emprega a heterogeneidade discursiva, o conceito que estuda a presença de múltiplas vozes, estilo, gêneros ou discursos diferentes dentro do mesmo texto, ao misturar o discurso oficial (fidelidade partidária) com o discurso do bastidor (motivações pessoais). Contudo, o discurso empregado serve para construir a imagem de Dilma como uma líder que merece o abandono.

A utilização de fontes anônimas para veicular o ressentimento, por parte dos ex-ministros, é uma prática discursiva que permite o Jornal Folha de São Paulo

apresentar um alto impacto emocional na narrativa sem a necessidade de fontes de comprovação, deixando claro que a falha de Dilma é pessoal (por não ter construído uma relação de proximidade), e não política. Dessa forma, ficou evidente que a desqualificação da líder mulher é feita através da amplificação das vozes de seus ex-ministros, que se sentiram, de forma pessoal, ofendidos por sua chefe.

5.2.2.2 Seleção das Vozes

A reportagem mostra, uma escolha de lado na narrativa através da seleção das vozes. Enquanto os ex-ministros têm suas justificativas e frases de efeito destacadas no decorrer da reportagem, as vozes de apoio a Dilma são listadas apenas no final e de forma breve, sem espaço para justificativa. Essa prática discursiva reforça a narrativa que a decisão dos ex-ministros é a única atitude razoável diante da situação, justificando qualquer resistência ao *impeachment*.

5.2.2.3 Dimensões da Prática Social

A dimensão da prática social conecta a análise textual e discursiva à ideologia e à construção da imagem pública de Dilma no contexto da crise de 2016.

5.2.2.3.1 A Despolitização do Impeachment e a Ideologia da Incompetência Feminina

A reportagem contribuiu para a despolitização do *impeachment*, transformando-o em uma questão de falha de gestão de relacionamento pessoal por parte de Dilma Rousseff. Ao focar no “ressentimento” e nas “brincas”, o discurso reforça a ideologia de que a crise política é o resultado de falhas de caráter da ex-presidenta.

Essa despolitização se cruza diretamente com a ideologia de desqualificação do feminino na liderança. O discurso sugere que Dilma falhou em um aspecto que, culturalmente, é esperado de uma mulher: a habilidade interpessoal e a manutenção da harmonia. Ao não cumprir esse papel, ela é duplamente penalizada, como política, pela perda de apoio, e como mulher, pela falha de não ser agradável.

5.2.2.3.2 A Imagem Pública Projetada

A reportagem projeta uma imagem pública de Dilma que a retrata como inadequada para o cargo de presidente. Essa inadequação é reforçada pela exigência de mais “humildade”, como citado por Eduardo Braga⁸, um adjetivo frequentemente direcionado a mulheres em posição de poder, sugerindo que a sua firmeza é, na verdade, arrogância.

Quadro 4: Construção da Imagem Pública de Dilma na Reportagem

| Imagem projetada | Mecanismo discursivo utilizado | Implicação ideológica de gênero |
|-------------------------|--|---|
| Líder incompetente | Ênfase em “erros” e na “falta de governança” | O <i>impeachment</i> é justificado como uma incompetência gerencial, que no contexto da reportagem, pode ser lida como uma incapacidade inerente à mulher em um espaço de liderança |
| Líder isolada | Foco na falta de “acesso” e “proximidade” com os ministros | A falha é pessoal, não política. A mulher no poder é retratada como incapaz de construir alianças sólidas e, portanto, merece o abandono por parte dos aliados. |
| Líder desumilde | Exigência de “humildade” | O discurso descreve um comportamento submisso para a mulher no poder, condenado à firmeza com arrogância. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Com isso, a reportagem utiliza da decisão dos ex-ministros como um motivo para veicular uma ideologia de desqualificação do feminino na liderança. Ao misturar o discurso político com o drama pessoal, ela constrói uma imagem pública de Dilma Rousseff que não apenas busca justificar seu *impeachment* por razões políticas,

⁸ “Nesse momento é preciso ter a humildade de perceber que não existe mais governança”, Eduardo Braga.

mas o torna moralmente aceitável por suas supostas falhas pessoais, reforçando que a mulher não é capaz de exercer o poder de forma eficaz.

5.2.3 Análise do Caso Dilma - Semana do Julgamento do Processo de *Impeachment*

A análise desta reportagem, publicada no dia 30 de agosto de 2016, às vésperas da votação final do *impeachment* no Senado, é realizada através da Análise do Discurso Crítica de Fairclough, com foco na intersecção de gênero, poder e construção de imagens. O discurso da “última investida” não apenas estabelece somente o desfecho, mas também serve como um palco para a reafirmação da tutela masculina sobre a liderança feminina, fragilizando a imagem pública de Dilma Rousseff em seu momento de maior vulnerabilidade política.

Imagem 6: Printscreen da notícia “Lula e Dilma fazem última investida por votos contra o impeachment” do jornal Folha de São Paulo



Fonte: Folha de São Paulo

5.2.3.1 Dimensão Textual

A reportagem utiliza a transitividade para delinear a distribuição do poder. Lula é o agente principal da reportagem, conseqüentemente, o principal agente das ações (“procurou o senador”, “pediu o voto”, “recorreu”), mas suas ações são neutralizadas pela oposição. No entanto, o ponto mais relevante para a análise de gênero é a forma como Dilma é representada.

Quadro 5: Posição de Dilma na Narrativa

| Ator | Posição na Narrativa | Implicação na Imagem de Dilma |
|-------------|-----------------------------|---|
| Lula | Agente ativo | Sua imagem é preservada como a do mentor. |
| Dilma | Paciente | É colocada em uma posição de subordinação e responsabilidade pelo fracasso. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Desse modo, Dilma é reduzida à posição de paciente e objeto de crítica, principalmente, através da voz de Lula. O discurso a coloca como sucessora que falhou, e não como presidente em exercício. Essa representação, ao lado de Lula, que mantém sua autoridade mesmo na derrota, reforça a ideia de que a mulher no poder é dependente da validação e da orientação masculina.

5.2.3.1.1 A Crítica de Lula

A crítica de Lula, veiculada pela reportagem, é o elemento textual mais potente para a desqualificação de gênero:

“O ex-presidente tem dito a aliados que Dilma foi “muito firme” em sua passagem pelo Senado, mas que queria que as coisas “fossem diferentes”. Para isso, avalia, sua sucessora precisaria tê-lo “ouvido mais”. (Dias, 2016, s. p.).

A crítica de que Dilma “precisaria tê-lo ‘ouvido mais’” é a chave para a análise de gênero. O discurso sugere que a falha de Dilma não foi política, mas sim de

subordinação. A única menção positiva a Dilma (“muito firme”) é imediatamente seguida por uma crítica que a invalida. A firmeza, uma qualidade tradicional masculina e valorizada em líderes, é aqui apresentada como um defeito quando exercida por uma mulher.

5.2.3.2 Dimensão da Prática Discursiva

A inclusão da crítica de Lula atua como um poderoso elemento de heterogeneidade discursiva que serve para reafirmar a hierarquia de gênero no campo político.

5.2.3.2.1 A Desqualificação

A reportagem, ao dar destaque à crítica de Lula, deixa explícito a visão de que a queda de Dilma Rousseff foi causada por sua incompetência gerencial e, mais profundamente, por sua falta de subordinação à figura masculina de autoridade.

O discurso sugere que a mulher no poder só é eficaz se seguir o conselho do homem. Ao não fazê-lo, ela não apenas falha, mas prova a necessidade de uma orientação masculina. O fracasso da “última investida” é, assim, justificado como consequência natural da visão feminina.

5.2.3.2.2 Intertextualidade

Essa reportagem se conecta à intertextualidade, que é a relação entre dois ou mais textos, com a análise anterior, reforçando a narrativa da falha pessoal de Dilma.

Quadro 6: Reforço da Imagem Negativa

| Reportagem | Elemento Discursivo | Implicação na Imagem de Dilma |
|--------------|--|---|
| Reportagem 1 | “brincas”, “ressentimento”, “ex-chefe” | Falha em gerir relacionamentos e egos masculinos. |
| Reportagem 2 | “precisaria tê-lo ‘ouvido mais” | Falha em aceitar a tutela e orientação masculina. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Com isso, podemos notar que as duas reportagens, em momentos cruciais do *impeachment*, desviam o foco do debate político para a falha pessoal de Dilma, seja na gestão de seus subordinados, como os ex-ministros, ou na aceitação da orientação de seu mentor, o ex-presidente Lula. O discurso constrói a imagem de uma líder que falhou por sua própria conta, especialmente por não ter se submetido à orientação de uma figura masculina.

5.2.3.3 Dimensões da Prática Social

A dimensão da prática social revela a ideologia subjacente que o discurso está ajudando a reproduzir: a ideologia da tutela masculina no poder.

5.2.3.3.1 A Imagem Pública Projetada

A reportagem projeta uma imagem pública de Dilma que a retrata como inadequada para o poder. O discurso não apenas critica Dilma, mas também prescreve um comportamento para a mulher no poder: a submissão à experiência e à autoridade masculina.

A crítica de Lula, ao ser veiculado como a explicação para o fracasso, atua como um mecanismo de legitimação ideológica. Podemos notar que a matéria sugere que o problema não é o processo de *impeachment* em si, mas sim a autonomia que Dilma tinha no seu governo. A queda da presidente é, assim, justificada como a correção de algo que não estava no padrão, como no caso de uma mulher governar, ainda mais, sem seguir o roteiro ditado pelo homem.

Em conclusão, a reportagem utiliza a narrativa da derrota para reafirmar a hierarquia de gênero no campo político. Ao dar destaque à crítica de Lula, o discurso transforma a falha política em uma falha de subordinação feminina, reforçando o estereótipo de que a mulher no poder é inerentemente dependente da orientação masculina e que sua autonomia é a causa do seu fracasso.

5.2.4 Análise do Caso Dilma - Semana Pós Votação do Processo de Impeachment

A análise da terceira reportagem de Dilma Rousseff, publicada no dia 03 de setembro de 2016, três dias após o resultado da votação do *impeachment* pelo Senado, intitulada como “Dilma irá morar em apartamento a 200 metros da praia no Rio” marca uma transição discursiva de extrema importância na análise, pois o foco sai do meio político e se volta, de forma invasiva, na vida pessoal da ex-presidente Dilma Rousseff. A análise crítica do discurso, de Fairclough, será utilizada para desvendar como essa invasão da vida pessoal atua como um mecanismo de perseguição e deslegitimação, um fenômeno que, como argumento, é voltado na cobertura de mulheres em posição de poder. O discurso jornalístico, ao invés de se concentrar nas consequências políticas causadas pelo impeachment, opta por manter a ex-presidente sob uma perseguição moral e social.

Imagem 7: Printscreen da notícia “Dilma irá morar em apartamento a 200 metros da praia no Rio” publicada pela Folha de São Paulo.

The image is a screenshot of the Folha de São Paulo website. At the top, there is a navigation bar with the UOL logo and various service links like 'INGRESSO.COM', 'UOL HOST', 'PAGBANK', 'CURSOS', 'UOL PLAY', and 'UOL ADS'. Below this is the main header with the 'FOLHA DE S. PAULO' logo and the tagline 'UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL'. The date and time are shown as 'QUINTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2015 23:38'. There are also links for 'Logout', 'Assine a Folha', 'Atendimento', and 'Acervo Folha'. A search bar is visible on the right. Below the header, there is a navigation menu with categories like 'Opinião', 'Poder', 'Mundo', 'Economia', 'Cotidiano', 'Esporte', 'Cultura', 'F5', and 'Sobre Tudo'. The main content area features a large blue banner with the word 'poder' and a sub-header 'governo encurralado | impeachment'. The main article title is 'Dilma irá morar em apartamento a 200 metros da praia no Rio'. The author is listed as 'FELIPE DE OLIVEIRA COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO MARINA DIAS DE BRASÍLIA'. The date and time are '03/09/2016 02h00'. There are social media sharing options and a 'Mais opções' button. A 'leia também' section is visible on the right, with links to other articles like 'Amargurado, Lula diz 'que não tem que negociar' com Michel Temer', 'No STF, Delcídio usa impeachment para tentar reaver 'direitos políticos'', and 'Governo anula exoneração e Ricardo Melo retorna a comando da EBC'. The bottom of the page shows a partial view of the article text: 'Tem apartamento com cerca de 100 m² a 200 m da'.

Fonte: Folha de São Paulo

5.2.4.1 Dimensão Textual

Na primeira dimensão de Fairclough, as escolhas lexicais e a forma como a informação é apresentada transforma uma simples mudança de endereço de Dilma em um evento de interesse público, focado na exposição do seu estilo de vida e na criação de um contraste ideológico.

5.2.4.1.1 Vocabulário

O vocabulário apresentado na reportagem é cuidadosamente selecionado para enfatizar o alto padrão de vida de Dilma Rousseff, criando um contraste direto com a imagem apresentada anteriormente e com o discurso de crise econômica que marcou o período do *impeachment*.

No decorrer da notícia, a insistência em termos como “apartamento de luxo”, a quantidade do valor do imóvel (“R\$: 3,5 milhões”) e a menção ao “maiores IPTUs” da cidade não são meramente informativas, pelo contrário, elas atuam como um dispositivo discursivo para criar uma imagem de hipocrisia e distanciamento popular. O discurso sugere que a ex-presidente não sofreu as consequências financeiras da crise que a levou à queda, mantendo um estilo de vida diferente com a ideologia que supostamente defendia.

Além disso, a descrição geográfica detalhada (“200 m da praia de Ipanema”, “próximos a pontos turísticos”) e a menção de hábitos pessoais (“rotina de pedaladas”, “ciclovias”) reforçam a ideia de que a vida privada da ex-presidente é de interesse público. Durante a análise, podemos perceber que esse detalhamento excessivo da esfera privada é um sintoma de perseguição, negando à Dilma Rousseff o direito de uma vida pessoal reservada.

5.2.4.1.2 Gramática

A análise da gramática é a forma como a reportagem utiliza a voz de “moradores ouvidos pela Folha” para construir uma narrativa sobre a aceitação de Dilma no novo ambiente .

Quadro 6: Vizinhos como Agentes de Julgamento

| Elemento textual | Implicação discursiva | Imagem Pública |
|---|--|--|
| “opinião de moradores” | A busca por essa opinião transforma a vizinhança em um tribunal de aceitação social. | O julgamento de Dilma Rousseff é transferido da esfera política para a esfera moral e social. |
| Vizinho anônimo: “não é bem vista pelos demais” | Confere credibilidade à crítica social, utilizando a voz do “povo” (a vizinhança) para validar a desaprovação. | Reforça a imagem de rejeição social da ex-presidente, mesmo em seu ambiente privado. |
| Vizinha: “quem sabe a polícia não aparece mais aqui?” | Entra uma ambiguidade discursiva, pois a frase pode ser lida como positiva (a maior segurança), porém, no contexto da reportagem, reforça a ideia de que a ex-presidente é sinônimo de perturbação (devido ao “forte esquema de segurança”). | Mantém a imagem da ex-presidente associada com o caos e o incômodo, mesmo após sua saída do poder. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A reportagem transforma os vizinhos em agentes de julgamento, focando na aceitação social da ex-presidenta. Essa busca por opinião é, em si, um ato de invasão da esfera privada, pois o foco da adequação de Dilma ao seu novo ambiente social, e não qualquer questão de interesse público relevante. A ambiguidade da frase da vizinha, em particular, permite que o discurso jornalístico insinue a perturbação causada pela ex-presidente, mesmo que a vizinha a tenha proferido com uma intenção positiva.

5.2.4.2 Dimensões da Prática Discursiva

Na segunda dimensão, a prática discursiva, analisa como o texto foi produzido e como a reportagem se insere em uma intertextualidade de despolitização, desviando o foco do debate político e jurídico que ainda estava em curso.

5.2.4.2.1 O Desvio do Foco Político

A reportagem, publicada logo após o *impeachment*, desvia o foco do debate político (a votação do Senado pelo processo de *impeachment*, a absolvição na segunda votação e o recurso ao STF, mencionado brevemente no final) para a vida pessoal.

Com isso, podemos notar que esse desvio de “assunto” é uma prática discursiva que serve para manter a deslegitimação da ex-presidenta, mas agora através da invasão da sua vida privada. Ademais, o discurso jornalístico opta por priorizar a curiosidade sobre o estilo de vida da ex-presidente em detrimento da análise das consequências políticas e jurídicas do *impeachment*. Dessa forma, o que deveria ser uma notícia sobre a vida pós-política se torna uma continuação de julgamento moral.

5.2.4.2.2 A Desumanização Pós-Poder

A análise aponta que, ao focar no luxo e na rotina, o discurso contribuiu para a desumanização de Dilma Rousseff após a votação do processo de *impeachment*, transformando-a em um objeto de curiosidade e julgamento social, em vez de uma figura pública política. A reportagem a coloca como uma celebridade ou uma figura controversa cuja aceitação social é mais importante do que seu legado político. Com isso, entendemos que essa prática é um forma de controle discurso, negando-lhe o direito de retornar a uma vida privada normal.

5.2.4.3 Dimensões da Prática Social

A dimensão da prática social revela como a invasão da esfera privada se manifesta de forma mais intensa na cobertura de mulheres públicas, atuando como um mecanismo de controle e perseguição que se baseia em estereótipos de gênero.

5.2.4.3.1 A Perseguição da Vida Pessoal como Mecanismo de Controle de Gênero

A reportagem atua na perseguição da vida pessoal da ex-presidenta como um mecanismo de controle social e político que é mais notável na cobertura de mulheres públicas.

Quadro 7: Gênero e a Invasão da Esfera Privada como Forma de Perseguição

| Elemento discursivo | Implicação na Imagem Pública | Implicação ideológica de gênero |
|----------------------------|---|--|
| Foco no “luxo” | Cria uma imagem de distanciamento e hipocrisia. | Mulheres públicas são frequentemente julgadas por seu consumo e estilo de vida, desviando o foco de suas ações políticas. |
| Voz dos Vizinhos | Transforma a aceitação social em um critério de julgamento. | A mulher no poder é julgada pela sua aceitação social e capacidade de manter harmonia em seu entorno, mesmo após deixar o cargo de presidente. |
| Detalhamento da rotina | Mantém a ex-presidente sob constante vigilância. | Nega à mulher pública o direito de uma vida privada, direito que é frequentemente concedido a ex-presidentes homens. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Em conclusão, é fácil perceber que a invasão da esfera privada é um sintoma da dificuldade do discurso tradicional em aceitar a figura feminina no poder. Ao ser deposta, a ex-presidenta é imediatamente colocada em um papel de objeto de prova moral, onde seu estilo de vida e sua aceitação social se tornam mais importantes do que sua trajetória política.

5.2.4.3.2 Projeção da Imagem Pública Pós-Impeachment

Dessa forma, a reportagem intitulada “Dilma irá morar em apartamento a 200 metros da praia no Rio” é um exemplo de como o discurso jornalístico, após a queda de uma líder mulher, se volta para a invasão da esfera privada como um mecanismo

de perseguição e deslegitimação. O foco no “luxo” e na “opinião dos vizinhos” reforça a ideia de que a mulher pública deve ser constantemente vigiada e julgada por critérios que transcendem o meio político, negando o direito à privacidade e de uma vida relativamente normal. Com isso, podemos entender que esse tipo de cobertura contribuiu para a manutenção de uma ordem do discurso tradicional que busca punir a mulher que ocupa um espaço de poder, mesmo após sua saída.

6 A SEQUÊNCIA DISCURSIVA DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO SOBRE O PROCESSO DE JULGAMENTO DE JAIR BOLSONARO E A ESCOLHA DO CORPUS

A análise crítica do discurso das três⁹ reportagens selecionadas revela uma notável progressão discursiva que acompanha a trajetória judicial do ex-presidente Jair Bolsonaro, desde o anúncio do processo de julgamento até a concretização da sua condenação e prisão.

É importante destacar que a seleção do meu corpus foi guiada por um critério metodológico. As três reportagens foram extraídas da Folha de São Paulo, focando exclusivamente em notícias impressas no período que envolve a votação final do julgamento do STF: uma semana antes, na semana da votação e uma semana após a votação. Essa delimitação temporal permite analisar como o discurso Jornal Folha de S. Paulo se moveu em relação ao ex-presidente. Além do mais, a escolha das reportagens que continham o nome do ex-presidente no título representa a evidência empírica para a tese do ciclo de punição discursiva. Essa progressão serve como fio condutor que vai da controvérsia jurídica (R1), passando pela narrativa criminal (R2), até a materialização da punição (R3).

6.1 Termos-chaves das Manchetes

As manchetes das três reportagens, embora distintas em seu foco imediato, compartilham um fio condutor que é a progressão da ação judicial contra Bolsonaro e a ênfase no desfecho punitivo. A análise do discurso em cada título é fundamental para entender a ordem do discurso que se estabelece.

Quadro 8: Título das Manchetes

| Reportagem | Título da manchete | Aprofundamento |
|------------|--|---|
| R1 | "Julgamento de Bolsonaro no STF projeta embate sobre delação, penas e sobreposição | O verbo "projetar" e o substantivo "embate" constroem um cenário de |

⁹ As reportagens estão na íntegra nos anexos.

| | | |
|-----------|--|--|
| | de crimes" ¹⁰ | disputa técnica. O foco está nos aspectos processuais do julgamento, e não na figura de Bolsonaro como agente. |
| R2 | "STF começa julgamento sobre trama golpista que deve sacramentar destino de Bolsonaro" ¹¹ | O uso da "trama golpista" criminaliza uma ação, enquanto "sacramentar o destino" evoca uma metáfora de finalização inevitável. |
| R3 | "STF estima que prisão de Bolsonaro para cumprir pena deve ocorrer até dezembro" ¹² | O interesse se desloca do processo político para o penal, com ênfase na logística da punição. |

Fonte: Elaborado pelo autor

Dessa forma, a análise demonstra que as manchetes constroem uma narrativa de perda progressiva de poder. A primeira reportagem (R1) foca no processo, a segunda (R2) na sentença inevitável, e a terceira (R3) na execução da pena. O termo "julgamento" é o eixo central que conecta a R1 e a R2, mas é substituído por "prisão" em R3, sinalizando que o julgamento do ex-presidente migrou do tribunal político para o tribunal social.

6.2 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo, focada na frequência de termos-chaves, encontra seu significado mais profundo quando confrontadas com as construções discursivas. A contagem de termos nas reportagens revelou a alta incidência de termos ligados à punição jurídica e a materialização da punição, entretanto, nada ligado ao seu caráter.

¹⁰ HOLANDA, Marianna. **Julgamento de Bolsonaro no STF projeta embate sobre delação, penas e sobreposição de crimes**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 21 ago. 2025. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/08/julgamento-de-bolsonaro-no-stf-projeta-embate-sobre-de-lacao-penas-e-sobreposicao-de-crimes.shtml>. Acesso em: 02 out. 2025.

¹¹ HOLANDA, Marianna; VARGAS, Mateus. **STF começa julgamento sobre trama golpista que deve sacramentar destino de Bolsonaro**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 16 set. 2025. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/09/stf-comeca-julgamento-sobre-trama-golpista-que-deve-sacramentar-destino-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 02 out. 2025.

¹² HOLANDA, Marianna; VARGAS, Mateus. **STF estima que prisão de Bolsonaro para cumprir pena deve ocorrer até dezembro**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 18 set. 2025. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/09/stf-estima-que-prisao-de-bolsonaro-para-cumprir-pena-deve-ocorrer-ate-dezembro.shtml>. Acesso em: 02 out. 2025.

6.2.1 A Função Ideológica dos Termos-chave

A incidência de termos como “trama golpista”, “sacramentar destino”, “condenado”, “prisão” é a evidência da criminalização do político. O discurso jornalístico, ao invés de se concentrar em questões macroeconômicas ou de legado político, opta por desviar o foco para a consolidação da narrativa de punição.

Quadro 9: Termos-chave presente nas manchetes

| Reportagem | Termos-chave | Construção discursiva | Aprofundamento ideológico |
|------------|---|---|---|
| R1 | "julgamento", "penas", "crimes", "condenado", "prisão" | O discurso foca na legalidade e no processo formal do STF, construindo a punição como uma consequência natural e inevitável de atos criminosos, e não como uma ação política. | Reforça a autoridade do sistema judicial como árbitro final e neutro, despolitizando a condenação e enquadrando-a como uma questão puramente técnica e legal. |
| R2 | "projeta", "deve sacramentar", "estima", "destino", "só tende a ir" | Inversão de Agência: Bolsonaro é a causa passiva do seu próprio destino, enquanto a agência ativa é transferida para o STF ("projeta", "estima") e para a própria inevitabilidade do processo ("deve sacramentar"). | O discurso constrói a imagem de um sujeito político que perdeu o controle de sua trajetória, transformando-o em objeto de um processo jurídico. |
| R3 | "regime fechado", "27 anos", "cela especial", "Papuda", "dezembro" | O julgamento moral e político se estende ao castigo físico e espacial. A punição deixa de ser abstrata | Nega-se ao ex-presidente o direito à abstração política, redefinindo-o pelo seu futuro |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | | ("pena") e se torna concreta ("cela", "Papuda"). | carcerário e comparando-o a outros criminosos comuns. |
|--|--|--|---|

Fonte: Elaborada pelo autor

Em conclusão, a alta frequência de termos ligados à punição jurídica é a evidência quantitativa da construção de uma ordem de discurso que ataca sua capacidade de ação, mas não a desmoraliza. A reportagem o descreve como “acusado” (R1), depois como “líder de uma trama” (R2), e por fim como “condenado” (R3). Essa convergência de termos demonstra que a crise política foi apropriada pelo discurso jornalístico para veicular a punição.

6.2.2 Análise do Caso Jair Bolsonaro - Semana Anterior ao Início do Julgamento

A reportagem intitulada “Julgamento de Bolsonaro no STF projeta embate sobre delação, penas e sobreposição de crimes” publicada no dia 31 de agosto de 2025, dois dias antes do início do julgamento de Jair Bolsonaro, que durou 9 dias, utiliza-se a análise crítica do discurso de Norman Fairclough para desvendar como o discurso jornalístico, ao cobrir uma figura masculina em período de crise, apresenta uma ideologia diferente a que é apresentada para figuras femininas, voltando-se a racionalidade. Ademais, pode ser notado durante a análise que essa abordagem protege o homem da moralização, o que foi central na cobertura de gênero aplicada à ex-presidente Dilma Rousseff, evidenciando um privilégio discursivo de gênero. O foco é estritamente nos aspectos legais do processo, e não em seu caráter ou vida pessoal.

Imagem 8: *Printscreen* da reportagem “Julgamento de Bolsonaro no STF projeta embate sobre delação, penas e sobreposição de crimes” da Folha de São Paulo.



STF · JULGAMENTO DE BOLSONARO

Julgamento de Bolsonaro no STF projeta embate sobre delação, penas e sobreposição de crimes

Ex-presidente é acusado de cinco crimes, e controvérsia jurídica tem três focos principais

📄 02 UM CONTEÚDO

31 ago. 2025 às 22h00

📄 EDIÇÃO IMPRESSA

🔍 Ouvir o texto A- A+

Arthur Guimarães de Oliveira

SÃO PAULO Marcado para começar nesta terça-feira (2), o julgamento do ex-presidente [Jair Bolsonaro \(PL\)](#) e dos demais réus do primeiro núcleo da trama golpista deve ter três focos principais de controvérsia jurídica, segundo especialistas.

A expectativa de advogados e professores consultados pela **Folha** é que o caso seja marcado por debates em torno da validade da [delação](#) premiada de Mauro Cid, da sobreposição de crimes e da caracterização

folhajs

As principais notícias da semana sobre o cenário jurídico e conteúdos exclusivos

📧 Digite seu e-mail

relacionadas

Defesas reclamam de método controverso de Moraes em

Fonte: Folha de São Paulo.

6.2.2.1 Dimensão Textual

Na primeira dimensão de Fairclough, a análise textual, é observado como as escolhas lexicais e a forma como a informação é apresentada transformam o julgamento de Bolsonaro em um debate de questões jurídicas complexas, desviando o foco do indivíduo para o processo legal.

6.2.2.1.1 Vocabulário

O vocabulário apresentado pela reportagem é cuidadosamente selecionado para enfatizar a tecnicidade do evento. Dessa forma, pode-se notar que a insistência de termos como “embates jurídicos”, “delação premiada”, “sobreposição de crimes”, “concurso material” não são apenas informativos, pelo contrário, atuam como um dispositivo discursivo para racionalizar o conflito e despersonalizar a crítica. O discurso sugere que o ex-presidente é um sujeito racional cujos atos devem ser julgados conforme a lei, e não por sua falha de caráter ou inadequação emocional.

Além disso, a ausência de termos de invasão da esfera privada (“brincas”, “ressentimento”, “isolamento”) reforça a ideia de que a vida pessoal do ex-presidente está protegida da análise do público. A análise da reportagem demonstra que a proteção da esfera privada é um privilégio discursivo, negando a continuidade do julgamento moral que foi imposto a Dilma Rousseff. A crise é tratada como um problema de aplicação da lei, e não como uma falha de caráter.

6.2.2.1.2 Gramática

Um aspecto essencial na análise textual é a forma como a reportagem utiliza a voz de especialistas para ajudar a construir a narrativa sobre a validade das teses jurídicas. A reportagem busca a opinião de advogados e professores, transformando o debate político em um tribunal de teses jurídicas complexas no qual a ampla discussão e o direito ao contraditório são permitidos, diferentemente do caso das reportagens da Dilma.

Quadro 10: Especialistas como Agentes de Racionalização

| Elemento textual | Implicação discursiva |
|--|--|
| “advogados e professores consultados pela Folha” | A busca por essa opinião transforma o debate em um tribunal de teses jurídicas complexas. |
| “professor de direito penal da PUC-RS e do IDP” | Confere credibilidade à crítica institucional, utilizando a voz da autoridade técnica para validar o discurso. |
| “O que vai decidir o caso será encontrar os elementos da violência e grave ameaça” | A crítica se limita à legalidade dos atos, e não invade a esfera pessoal ou moral. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, pode ser observado que a reportagem transforma os especialistas em agente de racionalização, focando na legalidade dos atos, e não na moralidade do ex-presidente. O discurso apresenta vozes técnicas, o que eleva o tom da reportagem e afasta Bolsonaro de qualquer julgamento de valor pessoal mais

do que isso: transfere para esses especialistas a autoridade moral para julgar e inclusive para "isentar" os crimes.

6.2.2.2 Dimensões da Prática Discursiva

Na segunda dimensão do modelo de Fairclough, a prática discursiva, percebe-se que a reportagem se insere em uma intertextualidade de racionalização, desviando o foco político e moral para o jurídico. A forma como o texto é produzido reforça essa ideia.

6.2.2.2.1 O Desvio do Foco Pessoal

A reportagem desvia o foco do debate pessoal (o caráter de Bolsonaro) para a complexidade técnica do processo. Esse desvio é uma prática discursiva que serve para manter a impessoalidade na cobertura do homem público. O discurso jornalístico opta por priorizar a análise das consequências jurídicas do que a análise das falhas de caráter do ex-presidente. Com isso, o que deveria ser uma notícia sobre a crise política se torna uma continuação de um debate jurídico, o que normaliza a crise ao invés de realizá-la.

Quadro 11: Elementos discursivos na projeção da imagem de Bolsonaro

| Elemento discursivo | Função na imagem pública | Implicação ideológica |
|--|--|--|
| Vocabulário jurídico ("delação", "embates") | Criar uma imagem de seriedade. | O julgamento é levado à racionalidade, protegendo o ex-presidente da moralização. |
| Voz dos Especialistas (professores de Direito) | Transforma o ex-presidente em objeto de análise técnica. | Reforça a ideia de que o homem público é um sujeito racional cujos atos são passíveis de defesa técnica. |
| Ausência de Crítica Pessoal | Protege a esfera privada e o caráter do ex-presidente. | Evidencia o privilégio discursivo que nega a invasão da esfera privada, um padrão não aplicado a mulheres na mesma situação. |

Fonte: Elaborado pela autora

6.2.2.2 Projeção da Imagem Pública

A análise indica que, ao focar na legalidade e na voz de especialistas, o discurso contribui para a proteção de Bolsonaro, transformando-o em um objeto de análise jurídico, ao invés de uma figura moralmente controversa.

A reportagem o coloca como um sujeito racional cujos atos são passíveis de defesa, negando-lhe o julgamento moral que foi imposto a Dilma. Essa prática discursiva, ao evitar a moralização, permite que o ex-presidente mantenha uma imagem de seriedade, mesmo em meio a um processo criminal.

6.2.3 Análise do Caso Jair Bolsonaro - Semana do Julgamento

A análise desta reportagem, publicada no início do julgamento de Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF), permite analisar o tratamento dado a um líder masculino em um momento de crise institucional. A escolha desta matéria se insere no *corpus* de análise que busca examinar a cobertura jornalística da Folha de São Paulo em momentos de crise política.

Essa reportagem adota uma ideologia de impessoalidade, que protege o homem público da moralização, aspectos que foram centrais na cobertura de gênero aplicada à ex-presidenta Dilma Rousseff. O foco reside, estritamente, nos aspectos legais do processo, e não em seu caráter ou vida pessoal, evidenciando um privilégio discursivo de gênero.

Imagem 9: *Printscreen* da reportagem “STF começa julgamento sobre trama golpista que deve sacramentar destino de Bolsonaro” do jornal Folha de São Paulo

uol INGRESSO.COM UOL HOST PAGBANK CURSOS UOL PLAY UOL ADS BATE-PAPO EMAIL

MENU ASSINE

FOLHA DE S.PAULO

política > stf folhajs datafolha governo lula brasilia hoje congresso nacional julgamento de bolsonaro PIAUI

HELLMANN'S
A VERDADEIRA MAIONESE E A MAIS
LEMRADA
PELOS BRASILEIROS

HELLMANN'S
35 ANOS

FOLHA/US · STF

STF começa julgamento sobre trama golpista que deve sacramentar destino de Bolsonaro

Decisão pode ser a primeira a condenar um ex-presidente e generais por tentativa de golpe de Estado

F DÊ UM CONTEUDO

Fonte: Folha de São Paulo

6.2.3.1 Dimensão Textual

Na primeira dimensão de Fairclough, a análise textual, busca identificar como a informação é apresentada e transforma o julgamento de Bolsonaro em um debate de teses jurídicas complexas, desviando o foco do indivíduo para o processo legal.

6.2.3.1.1 Vocabulário

O vocabulário empregado na reportagem é saturado de termos que denotam tecnicidade. A recorrência de expressões como “trama golpista”, “condenar”, “crimes contra a democracia” não é meramente informativa. Pelo contrário, funciona como um dispositivo de racionalização que desvia a crítica da esfera pessoal. O discurso sugere que o ex-presidente é um agente racional cujos atos devem ser avaliados pela conformidade legal, e não por sua falha de caráter.

6.2.3.1.2 Gramática

Um ponto importante na análise textual é a delegação da autoridade discursiva a vozes técnicas e institucionais. A reportagem busca ativamente a opinião de “ministros do Supremo, advogados dos réus e políticos” e cita a “denúncia da PGR” e o “relatório de fiscalização das Forças Armadas”.

Quadro 12: Esferas Federais como Agentes

| Elemento textual | Implicação discursiva |
|---|---|
| “ministros do Supremo, advogados dos réus e políticos” | A consulta a essas fontes transforma o debate em um tribunal de teses jurídicas complexas. |
| “denúncias da PGR” e “relatório de fiscalização das Forças Armadas” | Confere legitimidade à crítica institucional, utilizando a voz da autoridade técnica para validar o debate. |

Fonte: Elaborado pela autora.

A reportagem converte os especialistas em agentes de racionalização, concentrando-se na legalidade dos atos. Essa busca por opinião é um ato de despersonalização, pois o foco é a aplicação da lei, e não a adequação de Bolsonaro ao seu papel social. O discurso é transferido a vozes técnicas, o que eleva o tom da reportagem para mais séria e a distância de qualquer avaliação de valor pessoal.

6.2.3.2 Dimensões Discursivas

Na segunda dimensão, a prática discursiva, verifica-se que a reportagem se insere em uma intertextualidade de racionalização, desviando o foco do debate político e moral para o debate estritamente jurídico.

6.2.3.2.1 O Desvio do Foco Pessoal

O texto redireciona o foco do debate pessoal para a complexidade técnica do processo. Dessa forma, podemos perceber que este desvio é uma prática discursiva que visa manter a impessoalidade na cobertura da figura masculina pública. O

discurso jornalístico opta por priorizar a análise das consequências jurídicas ao invés das suas falhas de caráter.

6.2.3.2 A Blindagem Pós-Poder

A análise demonstra que, ao focar na legalidade e na voz de especialistas, o discurso contribui para uma blindagem de Bolsonaro, transformando-o em um objeto de análise técnica, em vez de uma figura moralmente controversa. A reportagem o posiciona como um sujeito racional cujos atos são passíveis de defesa e debate técnico, negando a Bolsonaro o julgamento moral que foi imposto a Dilma. Essa prática discursiva, ao evitar a moralização, permite que o ex-presidente mantenha uma imagem de seriedade, mesmo em meio a um processo criminal.

6.2.3.3 Dimensão da Prática Social

A reportagem opera a impessoalidade como um mecanismo de controle social e político que manifesta da forma mais intensa na cobertura de políticos homens. O discurso, ao cobrir o homem em crise, recorre à racionalidade, enquanto para a mulher em crise, recorre à emoção e ao caráter.

Quadro 13: Elementos discursivos na projeção da imagem de Bolsonaro

| Elemento discursivo | Função na imagem pública | Implicação ideológica |
|------------------------------------|---|---|
| Foco na legalidade e tese jurídica | Cria a imagem de seriedade e rigor institucional. | A figura pública masculina é julgada por seus atos e não por seu ser. O julgamento moral sobre o indivíduo é amenizado. |
| Ausência de crítica pessoal | Protege o homem público da moralização | Nega-se a invasão da esfera privada, um direito que é frequentemente negado a mulheres públicas. |

Com isso, chegamos à conclusão que a impessoalidade na cobertura de Bolsonaro é um sintoma de aceitação do homem no poder. Ao ser julgado, o ex-presidente é imediatamente recolocado em um papel de objeto de análise

técnica, e não moral, onde a legalidade de seus atos é mais importante do que seu estilo de vida ou sua adequação moral, perpetuando um padrão discursivo de gênero na mídia, não sendo questionados os atos do homem político, os erros durante a sua gestão, ou a capacidade técnica e moral de governar

6.2.4 Análise do Caso Jair Bolsonaro - Semana Após o Julgamento

A análise da terceira reportagem foi publicada após a condenação de Jair Bolsonaro, no dia 12 de setembro de 2025. Ela permite analisar o tratamento discursivo dado a um líder masculino no momento de sua vulnerabilidade, contrastando com a cobertura de Dilma Rousseff.

É fundamental destacar que a cobertura jornalística se concentra na racionalidade processual o que gera uma dessemelhança com a cobertura dada a Dilma Rousseff, no qual o discurso jornalístico, mesmo após o impeachment, invadiu sua vida pessoal com detalhes sobre seu “apartamento de luxo” e “rotina de pedaladas”.

Imagem 10: *Printscreen* da reportagem “STF estima que prisão de Bolsonaro para cumprir pena deve ocorrer até dezembro” do jornal Folha de São Paulo.

The screenshot shows the top portion of a news article on the Folha de São Paulo website. At the top, the newspaper's name 'FOLHA DE S.PAULO' is centered, with a search bar on the right and a menu on the left. Below the header, a navigation bar contains various categories like 'política', 'stf', 'folhajos', etc. A banner for 'Sabrina Neves' is visible. The main headline reads 'STF estima que prisão de Bolsonaro para cumprir pena deve ocorrer até dezembro'. Below the headline, a sub-headline states: 'Condenado a mais de 27 anos, ex-presidente só tende a ir para regime fechado quando defesa não puder mais recorrer'. The author's name, 'Cézar Feitoza', is listed. A social media sharing bar is present. On the left, there is a timestamp '12.set.2025 às 12h00' and a link to the printed edition. On the right, there is a 'folhajos' section with a description and an email sign-up field.

6.2.4.1 Dimensão Textual

Como nas outras análises, o primeiro passo é a análise textual, com isso, observa-se que as escolhas lexicais e a forma como a informação é apresentada ao leitor transforma a prisão de Bolsonaro em um debate de prazos processuais e logística penitenciária, desviando o foco do indivíduo para o processo legal.

6.2.4.1.1 Vocabulário

O vocabulário apresentado durante a reportagem é repleto de palavras formais e técnicas. Os termos como “dosimetria das penas”, “embargos de declaração”, publicação do acórdão” atuam como um dispositivo discursivo para racionalizar e despersonalizar a crítica. O discurso sugere que o ex-presidente é um sujeito cujos atos foram julgados pela lei, e que seu destino é uma questão de cálculo processual e não de falha moral ou a consequência punitiva pelos seus crimes.

6.2.4.1.2 Gramática

A ausência de termos invasivos ou de invasão da vida privada é notável. A única menção à vida pessoal é feita de forma sutil e enquadrada.

“A defesa do ex-presidente também planeja um pedido de prisão domiciliar depois de esgotar todos os recursos possíveis à condenação. O argumento será de que a saúde do político, de 70 anos, é frágil. Ele já passou por seis cirurgias desde a facada sofrida na campanha eleitoral de 2018 ”.
(Feitosa, 2025, s. p.).

Essa menção é feita através de um voz de defesa, o que torna o argumento legal e não um observação editorial ou de terceiros. A reportagem apenas reporta o argumento, sem explorá-lo profundamente, isso despersonaliza a informação e protege a esfera privada do ex-presidente.

A análise mostra que esta proteção da vida pessoal de Jair Bolsonaro é um sintoma de privilégio discursivo masculino, negando a continuidade do julgamento moral que foi imposta a Dilma Rousseff. A crise é tratada como um problema de aplicação da lei, e não como uma falha moral.

6.2.4.2 Dimensões Discursivas

Na análise da prática discursiva, percebe-se que a reportagem se insere em uma intertextualidade de racionalização, desviando o foco do debate pessoal para o debate jurídico.

6.2.4.2.1 O Desvio do Foco Pessoal

O texto desvia o foco do debate pessoal (sofrimento, emoção) para a complexidade técnica dos processos (prazos, recursos, locais de prisão). Com isso, podemos notar que, o discurso jornalístico opta por priorizar a análise das consequências jurídicas no lugar de observar as falhas pessoais, normalizando a crise ao invés de moralizá-la.

6.2.4.2.2 A Blindagem Pós-Poder

A análise mostra que, ao valorizar a legalidade e a opinião de especialistas, o discurso ajuda a proteger Bolsonaro, transformando-o em um assunto mais técnico do que polêmico. Além disso, a reportagem apresenta Bolsonaro como alguém racional, cujos atos podem ser defendidos ou discutidos de forma técnica, evitando condená-lo moralmente como foi feito com Dilma Rousseff. Essa abordagem, ajuda a manter uma imagem de uma autoridade séria, mesmo com a possibilidade de prisão fechada se aproximando.

6.2.4.3 Dimensão da Prática Social

A dimensão da prática social revela como a ausência de crítica pessoal se manifesta de forma mais intensa em figuras públicas masculinas, atuando como um mecanismo de privilégio de discurso que se baseia na ideologia masculina.

6.2.4.3.1 Projeção da Imagem Pública

A reportagem opera a pretensa impessoalidade como um mecanismo de controle social e político que se manifesta de forma intensiva na cobertura jornalística de sujeitos homens. O discurso, ao cobrir o homem em crise, recorre à racionalidade, enquanto para a mulher em crise, recorre à emoção e ao caráter.

Quadro 14: Elementos Discursivos

| Elemento discursivo | Implicação na imagem pública | Implicação ideológica de gênero |
|----------------------------|---|--|
| Legalidade e prazos | Cria a imagem de seriedade. | O homem é avaliado por seus atos, e não pelo seu ser. |
| Sutileza da vida privada | Protege o homem público da moralização. | Nega-se a invasão da esfera privada, um direito que é muitas vezes negado às mulheres. |

Fonte: Elaboração da autora

Com isso, a intencional impessoalidade no discurso da cobertura de Bolsonaro é um sintoma da facilidade do discurso em aceitar o homem no poder. Ao ser julgado, o ex-presidente é colocado em um objeto de análise técnica, julgando seus atos e não a sua conduta ou adequação moral.

7. A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO GÊNERO NA CRISE POLÍTICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DILMA ROUSSEFF E JAIR BOLSONARO

A presente análise comparativa tem como objetivo demonstrar o duplo padrão discursivo empregado pela mídia na cobertura das crises políticas envolvendo a ex-presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Jair Bolsonaro. Continuando com o método de análise de Fairclough, o modelo tridimensional da análise crítica do discurso, é possível evidenciar como os estereótipos de gênero atuaram na construção de imagens públicas radicalmente distintas, conforme a hipótese central desse trabalho.

Para compreender a disparidade na cobertura, é fundamental recorrer ao conceito de imagem pública política de Mariana Weber. A autora diz que a imagem pública não é uma representação fiel da realidade, mas um processo complexo de construção e disputa na esfera pública. A mídia, nesse processo, atua como um suporte da hegemonia, capaz de produzir e difundir narrativas que levam à adesão ou rejeição de um projeto político.

"A imagem pública política é um processo complexo de construção, que se dá na esfera pública, sendo moldada por interesses e estratégias político-ideológicas, tanto em sua formação quanto em sua fragilidade. A sua construção e, proporcionalmente, a sua desconstrução é definida pelo cidadão, receptor, consumidor, em seu grupo ou individualmente. Neste sentido, a mídia atua como suporte da hegemonia, produzindo, difundindo e provocando a captura do voto e a adesão ou rejeição a um projeto político." (Weber, 2009, s. p.)

A análise faircloughiana revela que, no caso de Dilma Rousseff, a mídia mobilizou um conjunto de práticas discursivas que visaram fragilizar sua imagem pública através da psicologização e da moralização. Em contraste, a cobertura de Jair Bolsonaro manteve um escudo discursivo que o protegia da personalização, tratando suas crises como questões técnicas e institucionais.

7.1. Dimensões textuais

Na primeira dimensão da ACD o contraste é evidente na escolha lexical. As reportagens sobre Dilma Rousseff (como "Seis ex-ministros de Dilma Rousseff aderem ao impeachment") frequentemente utilizavam termos que remetiam à esfera pessoal e emocional, como "broncas", "ressentimento" e "temperamento". Essa escolha lexical, ao invés de focar em questões fiscais ou políticas concretas, deslocava o foco da crise para a inadequação de Dilma como mulher no poder.

Já nas reportagens sobre Jair Bolsonaro (como "Julgamento de Bolsonaro no STF projeta embate sobre delação"), o vocabulário era predominantemente institucional e técnico. Termos como "STF", "julgamento", "delação", "trama golpista" e "procedimento" predominavam, conferindo à crise uma roupagem de questão legal e processual. A crise era despersonalizada, sendo tratada como um evento que ocorria no sistema, e não como uma falha de caráter ou temperamento do líder.

Diante disso, podemos concluir que Dilma era frequentemente o sujeito de verbos que indicavam ações emocionais ou de conflito pessoal, enquanto Bolsonaro era o objeto de ações institucionais (sendo julgado, sendo alvo de inquérito), o que o posicionava como um ator passivo diante de um processo técnico.

7.2 Prática discursiva

A segunda dimensão, a prática discursiva, evidencia a intertextualidade com estereótipos de gênero. A cobertura de Dilma Rousseff se apoiava em um discurso que remete à figura da mulher histérica, descontrolada e inadequada para o poder racional. A invasão de sua vida privada ("Dilma irá morar em apartamento de luxo no Rio de Janeiro") reforça a ideia de que a mulher pública deve ser constantemente vigiada e julgada em sua totalidade, não apenas em sua função política.

Essa prática discursiva é uma manifestação da regulação de gênero, conforme teorizado por Judith Butler. O discurso midiático, ao insistir em um binarismo rígido, atua como um poder reiterativo que naturaliza a mulher como um ser emocional, inadequado para a política, que é historicamente um campo masculino.

"O conceito de gênero foi forjado como oposição ao determinismo biológico existente na ideia de sexo, que implica na biologia como um destino. Assim, um discurso restritivo sobre gênero que insista no binarismo homem e mulher como

categorias naturais e mutuamente exclusivas, atua como um poder reiterativo para produzir os limites discursivos do 'sexo', naturalizando o que é, na verdade, uma construção cultural."(Butler, 2014, s. p.)

No caso de Bolsonaro, a prática discursiva mantinha a intertextualidade com o estereótipo do líder masculino, racional e institucional. Mesmo diante de acusações graves, o foco permanecia no procedimento legal, evitando a psicologização e a moralização de sua conduta pessoal.

7.3 A opinião pública e o efeito da mídia

A discussão sobre opinião pública é fundamental para conectar a prática discursiva midiática à prática social ideológica. A mídia, ao atuar como um “suporte da hegemonia”, não apenas reflete, mas pré-estrutura o campo da opinião pública, influenciando o que é dito e o que é silenciado na esfera pública.

O discurso midiático, ao repercutir e naturalizar os estereótipos de gênero, contribui para a formação de um clima de opinião que valida a deslegitimação da mulher no poder. Essa naturalização pode ser analisada por meio da teoria da espiral do silêncio de Elisabeth Neumann.

A espiral do silêncio parte da premissa de que os indivíduos temem o isolamento social e, por isso, monitoram o ambiente para identificar a opinião dominante. No contexto da crise política, a constante repetição midiática de narrativas que associam Dilma à inaptidão emocional (o “clima de opinião” desfavorável) pressiona aqueles que poderiam defendê-la ou questionar o viés de gênero a se calarem, reforçando a percepção de que a opinião pública dominante é a de sua inadequação.

Dessa forma, a opinião pública não é um mero reflexo da realidade, mas um efeito da prática discursiva midiática. As mídias, ao fornecer o “clima de opinião” carregado de estereótipos de gênero, cria as condições para que a deslegitimação de Dilma se torne o senso comum, enquanto a cobertura técnica de Bolsonaro impede que um “clima de opinião” de desaprovação moral se consolide contra ele.

7.4 Prática social

A terceira dimensão, a prática social, revela a função ideológica desse duplo padrão. O discurso midiático, ao psicologizar Dilma e tecnicizar Bolsonaro, contribui para a reprodução da ideologia patriarcal na esfera pública.

A deslegitimação de Dilma, baseada em seu gênero, serve para reforçar a norma de que a política é um espaço masculino, onde a mulher só pode atuar se submetida a um escrutínio moral e emocional que não é imposto aos homens. A crise de Dilma se torna, discursivamente, uma crise de gênero.

A crise de Bolsonaro, por sua vez, é tratada como uma crise institucional, o que permite que o líder masculino mantenha sua imagem pública de ator político racional, mesmo em meio a controvérsias. O discurso midiático, ao fazer essa distinção, atua como um mecanismo de controle ideológico que regula a performance de gênero no poder.

Tabela x: Tabela comparativa entre Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro

| Dimensões da ACD | Dilma Rousseff | Jair Bolsonaro | Estereótipos de gênero reforçado |
|-------------------------|--|---|--|
| Textual | Termos emocionais ("broncas", "ressentimento"). Dilma como sujeito de ações pessoais/emocionais. | Termos técnicos ("STF", "delação", "procedimento"). Bolsonaro como objeto de ações institucionais/legais. | Mulher: Emocional, inadequada. Homem: Racional, institucional. |
| Prática discursiva | Com o estereótipo da mulher histérica e descontrolada. Foco: Invasão da vida privada e moralização da conduta. | Com o estereótipo do líder racional e técnico. Foco: Procedimento legal e separação entre o político e o pessoal. | Mulher: Sujeito de vigilância moral. Homem: Sujeito de análise técnica. |
| Prática social | Reprodução da norma patriarcal que exige submissão e temperança feminina no poder. Deslegitimação da mulher líder. | Manutenção do <i>status</i> que protege o líder masculino da psicologização. | Política como espaço masculino. |

Em conclusão, a análise de Fairclough demonstra que a crise política foi transformada em uma crise de gênero no caso de Dilma Rousseff, enquanto foi mantida como uma crise institucional no caso de Jair Bolsonaro. Essa disparidade não é um acaso, mas o resultado de práticas discursivas que, ao atuarem como "suportes da hegemonia", reforçam as "regulações de gênero" que definem e limitam o papel da mulher na esfera pública.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como objetivo central, o estudo teve como finalidade analisar comparativamente a construção da imagem pública dos ex-presidentes Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro durante momentos de crise política destacados pela mídia brasileira, mais especificamente por meio de reportagens do jornal Folha de São Paulo. A análise qualitativa, pautada na análise crítica do discurso, possibilitou identificar diferentes estratégias discursivas e uma clara influência do gênero na forma como cada figura foi retratada.

No caso de Dilma Rousseff, foi possível perceber que a cobertura midiática ultrapassou os limites do debate político e jurídico, adentrando o campo pessoal e moral. A ex-presidenta foi frequentemente alvo de desqualificações que dialogam diretamente com estereótipos femininos, como a associação à fragilidade, instabilidade emocional e incapacidade de liderança, atributos historicamente atribuídos à atuação de mulheres no meio político. Além disso, a mídia promoveu uma invasão de privacidade, com destaque para matérias que enfatizavam seu estilo de vida, seus espaços pessoais e sua aceitação pessoal, mesmo após o *impeachment*. Essas representações participam da construção de uma narrativa que reitera a ideia de que mulheres em posição de poder público enfrentam uma série de julgamentos morais, bem mais rigorosos, restringindo suas possibilidades de atuação e imagem.

Já a cobertura referente a Jair Bolsonaro manteve uma abordagem distinta, marcadamente técnica e jurídica. O discurso midiático foi pautado na racionalidade, enfatizando aspectos processuais, legais e institucionais do seu julgamento, evitando a personalização ou a moralização. Questões relativas à vida privada e ao caráter pessoal foram praticamente ausentes, configurando um privilégio discursivo masculino que protege figuras políticas masculinas de serem submetidas ao mesmo grau de exposição, avaliação moral e emocional, que uma mulher pública, como Dilma Rousseff, precisa suportar. Essa diferença evidencia um viés de gênero estrutural na mídia, que associa naturalmente a autoridade, a racionalidade e a liderança ao masculino, enquanto associação feminina características que fragilizam sua imagem pública.

Os resultados deste estudo corroboram teorias sobre o papel da mídia na construção social da imagem pública, principalmente quando influenciada por estereótipos de gênero, e reforçam a necessidade de compreender criticamente os mecanismos discursivos que operam na produção midiática voltada para figuras políticas.

Do ponto de vista das Relações Públicas, compreender esses processos discursivos é fundamental para o desenvolvimento de estratégias comunicacionais que considerem em contextos de crise. Além disso, este trabalho contribuiu para o debate acadêmico ao evidenciar a interseção entre mídia, gênero e política, demonstrando que a comunicação é um campo privilegiado para a reprodução ou o questionamento das desigualdades de gênero.

No entanto, algumas limitações precisam ser destacadas. A análise restringiu-se a um único veículo de comunicação e a um número limitado de reportagens, o que pode não representar integralmente toda a diversidade de narrativas existentes na mídia brasileira. Ademais, a pesquisa concentrou-se na análise do discurso produzido, não investigado diretamente a recepção e o impacto dessa produção no público.

Em geral, este trabalho demonstra que a construção da imagem pública em momentos de crise está profundamente entrelaçada com processos discursivos que refletem e potencializam desigualdades estruturais, principalmente relacionadas ao gênero. A mídia, como ator principal de distribuição de informação, representa um papel central não apenas na divulgação de notícias, mas também na formação e transformação de informações. Reconhecer e problematizar essa questão é um passo fundamental para promover uma comunicação mais ética, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. de. **Poder e política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2013.

Biografia Completa. Secretaria-Geral, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/dilma-vana-rousseff/biografia-completa/view>. Acesso em 18 jun. 2025.

BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**. Campinas/SP, n. 34, p. 269–299, jun. 2010.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Maria Helena de Moura Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

Conheça a biografia de Dilma Rousseff, a primeira mulher na Presidência da República. Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/208537-conheca-a-biografia-de-dilma-rousseff-a-primeira-mulher-na-presidencia-da-republica/>. Acesso em 18 jun. 2025.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analisando o discurso: análise textual para pesquisa social**. Tradução de C. M. Magalhães e V. de M. Resende. São Paulo: Parábola, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **A análise crítica do discurso: a fundamentação crítica do estudo da linguagem**. Tradução de Alberto de Lacerda Rossi. Ribeirão Preto: Pedagogo, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coordenação da tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

GOMES, Maria Carmen Aires. Dos elogios às ofensas: ações performativas, violências e regulações de gênero em práticas sociodiscursivas políticas brasileiras. **Discurso e Sociedade**. São Paulo, SP, v. 13, n. 1, p. 76-98, 2019.

GOMES, Maria Carmen Aires. MULHERES E POLÍTICA: ANALISANDO A REPRESENTAÇÃO SOCIOCULTURAL MIDIÁTICA. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão/SC, v. 7, n. 2, p. 195–214, maio 2007.

Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. AGÊNCIA SENADO, 2016. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Jair Bolsonaro: conheça a trajetória política do ex-presidente. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/jair-bolsonaro/>. Infomoney, 2024. Acesso em: 18 jun. 2025.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Ciência & Política**. Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 13-21, 2009.

MATOSO, Filipe. **Dilma é reeleita presidente do Banco do Brics para novo mandato de 5 anos.** G1, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/24/dilma-e-reeleita-presidente-do-banco-do-brics-para-novo-mandato-de-5-anos.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MINUTO, N. A. **Saiba quem são os pais de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad.** Política ao Minuto, 2018. Disponível em: https://www.noticiasaminuto.com.br/politica/665954/saiba-quem-sao-os-pais-de-jair-bolsonaro-e-fernando-haddad?utm_source. Acesso em: 19 jun. 2025.

MUNDIM, P. S. A BATALHA PELA OPINIÃO PÚBLICA E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo/SP, n. 119, p. 292–321, ago. 2023.

Pedalada fiscal. Senado Notícias, [s.d]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>. Acesso em 08 jun. 2025.

RICUPERO, Bernardo. **O que foi o 8 de janeiro?** Jornal da USP, 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-foi-o-8-de-janeiro/>. Acesso em 10 jun. 2025.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, RS, v. 16, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1991.

SORDI, C. O gênero do golpe: o corpo de Dilma Rousseff e a economia política da violência. **Ilumina: Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-25, 2018.

SILVA, R. S. da; SAMPAIO, Rafael Cardoso. O impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais do jornal El País. **Ação Midiática – Estudos Em Comunicação, Sociedade E Cultura**. Curitiba, PR, v. 15, n. 1, p. 81–99, 2018.

VERÓN, E. **Imagem e acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2004.

VIEIRA, Aiane de Oliveira. Crise política e impeachment: Uma análise dos efeitos da cobertura midiática na deposição de Dilma Rousseff. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**. Naviraí, MS, v. 4, n. 8, p. 4–26, 2017.

VIVAS, Fernanda. **Bolsonaro vira réu por tentativa de golpe de Estado com unanimidade dos votos na 1a Turma do STF.** G1, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/26/turma-do-stf-forma-maioria-para-tornar-reus-bolsonaro-e-mais-7-por-tentativa-de-golpe-de-estado.ghtml>. Acesso em 10 jun. 2025.

WEBER, Maria Helena. O estatuto da Imagem Pública na disputa política. **Revista Eco-Pós**. Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 2, p. 1-11, 2009.

ZILLER, Joana; BARRETOS, Dayane do Carmo; XAVIER, Kellen do Carmo. O papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade. **ESFERAS**. Brasília, DF, v. 1, p. 1-24, 2023.

ZILLER, J.; DO, D.; XAVIER. O papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade. **ESFERAS**. Brasília, DF, n. 27, p. 1–24, 26 ago. 2023.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jan./jun. 2014.

HOHLFELDT, A. Espiral do silêncio. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 36–47, 2009. DOI: 10.15448/1980-3729.1998.8.5466. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/5466>. Acesso em: 17 dez. 2025.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

SEIS ex-ministros de Dilma Rousseff aderem ao impeachment. Folha de S.Paulo, São Paulo, 21 ago. 2016. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1805273-seis-ex-ministros-dilma-rouss-eff-aderem-ao-impeachment.shtml>. Acesso em: 30 set. 2025.

LULA e Dilma fazem última investida por votos contra o impeachment. Folha de S.Paulo, São Paulo, 30 ago. 2016. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808657-lula-e-dilma-fazem-ultima-investida-por-votos-contra-o-impeachment.shtml>. Acesso em: 01 out. 2025.

DILMA irá morar em apartamento de luxo no Rio de Janeiro. Folha de S.Paulo, São Paulo, 3 set. 2016. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1809903-dilma-ira-morar-em-apartamento-de-luxo-no-rio-de-janeiro.shtml>. Acesso em: 01 out.. 2025.

HOLANDA, Marianna. Julgamento de Bolsonaro no STF projeta embate sobre delação, penas e sobreposição de crimes. Folha de S.Paulo, São Paulo, 21 ago. 2025. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/08/julgamento-de-bolsonaro-no-stf-projeta-embate-sobre-delacao-penas-e-sobreposicao-de-crimes.shtml>. Acesso em: 02 out. 2025.

HOLANDA, Marianna; VARGAS, Mateus. STF começa julgamento sobre trama golpista que deve sacramentar destino de Bolsonaro. Folha de S.Paulo, São Paulo, 16 set. 2025. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/09/stf-comeca-julgamento-sobre-trama-golpista-que-deve-sacramentar-destino-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 02 out. 2025.

HOLANDA, Marianna; VARGAS, Mateus. STF estima que prisão de Bolsonaro para cumprir pena deve ocorrer até dezembro. Folha de S.Paulo, São Paulo, 18 set. 2025. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/09/stf-estima-que-prisao-de-bolsonaro-para-cumprir-pena-deve-ocorrer-ate-dezembro.shtml>. Acesso em: 02 out. 2025.

ANEXOS

Seis ex-ministros de Dilma Rousseff aderem ao impeachment

De Mariana Haubert

28/08/2016 2h00

Seis ex-ministros do governo de Dilma Rousseff estão no grupo de senadores que no final deste mês deve votar a favor do afastamento definitivo da petista.

Demonstrando ressentimento e afirmando que ela cometeu erros, eles representam um certo constrangimento para a presidente afastada— se ainda tivesse o apoio desses seis, Dilma estaria a apenas um voto de conseguir barrar o seu impeachment.

Oficialmente esses senadores, do PMDB (quatro) e do PSB (dois), argumentam que votarão contra a petista por fidelidade à decisão de seus partidos, que em determinado momento romperam com o governo do PT.

Reservadamente, porém, alguns apontam motivações mais pessoais. Lembram que não tinham acesso a Dilma e que ela não se preocupou em construir uma relação de proximidade com seus ministros.

Há até os que recordam constantes "broncas" sofridas da ex-chefe como razão para lhe negar agora o apoio.

Os seis ex-ministros são Garibaldi Alves (PMDB-RN), Eduardo Braga (PMDB-AM), Marta Suplicy (PMDB-SP), Edison Lobão (PMDB-MA), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Eduardo Lopes (PRB-RJ).

O PMDB rompeu com Dilma quando tomou corpo a percepção de que o processo de impeachment tinha condições de ser aprovado pela Câmara. O hoje presidente interino, Michel Temer, é um dos principais caciques do partido.

Já o PSB saiu do governo ainda antes da reeleição de Dilma para lançar ao Palácio do Planalto o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, morto em acidente aéreo em 2014.

"O que me colocou no Senado foi a representação do povo do Amazonas e ele tem se manifestado claramente e majoritariamente em todas as pesquisas com relação ao afastamento. Isso não significa que eu não respeite e não tenha consideração pessoal pela presidente", afirmou Eduardo Braga, que foi ministro de Minas e Energia de Dilma até abril deste ano.

O senador do Amazonas disse que, assim como os ex-colegas de Esplanada, não fará perguntas a Dilma na sessão em que ela fará a sua defesa, no dia 29. Mas afirma que é preciso que ela reconheça sua situação.

"Me parece que está claro e não há mais dúvida de que o impeachment está dado. Nesse momento é preciso ter a humildade de perceber que não existe mais governança."

Para Garibaldi Alves, que comandou a Previdência, julgar Dilma é "uma árdua missão", mas ele diz estar convencido de que a petista cometeu crime de responsabilidade. E cita a carta a senadores em que a petista, embora negue ter cometido os crimes, admite erros.

Marta, ex-petista que comandou a Cultura e hoje adversária do partido na disputa à Prefeitura de São Paulo, defendeu a saída de Dilma já na primeira votação que o Senado fez no processo, em maio, quando a presidente acabou sendo afastada.

"Cresce na população uma esperança: a esperança de podermos virar a página e de começarmos a recuperar o país. Estamos escolhendo a esperança, e não o caos sem amanhã", disse, na ocasião.

Na última votação do processo em plenário, só 21 senadores ficaram ao lado dela, contra 59 que se posicionaram a favor da formalização da denúncia. Para não sofrer impeachment, ela precisa do apoio (ou ausência) de pelo menos 28 senadores.

Dilma teve nove dos atuais 81 senadores entre seus ministros. Hoje, apenas três ainda a apoiam publicamente: Gleisi Hoffmann (PT-PR), Kátia Abreu (PMDB-TO) e Armando Monteiro (PTB-PE).

Lula e Dilma fazem última investida por votos contra o impeachment

De Mariana Haubert

30/08/2016 22h52

Às vésperas da votação do impeachment no Senado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua sucessora, Dilma Rousseff, investiram em pelo menos dois núcleos de senadores para tentar reverter votos e impedir o afastamento definitivo da petista.

Mas o balanço feito no Palácio da Alvorada nesta terça (30) não era positivo. O ex-presidente tem dito a aliados que Dilma foi "muito firme" em sua passagem pelo Senado, mas que queria que as coisas "fossem diferentes". Para isso, avalia, sua sucessora precisaria tê-lo "ouvido mais".

Apesar do prognóstico pessimista, Lula, após o discurso de Dilma no Senado na segunda (29), procurou o senador Wellington Fagundes (PR-MT), que havia recebido alta do hospital depois de uma crise de diverticulite.

Pediu voto e ouviu que ele só poderia apoiar Dilma se fosse acompanhado por seu colega de partido, Vicentinho Alves (PR-TO).

Lula ouviu o recado e recorreu ao ex-presidente do PR, Valdemar Costa Neto, hoje principal liderança da sigla.

Não houve muitos avanços: publicamente, Vicentinho se declara a favor do impeachment e Fagundes prefere não revelar seu voto.

O ex-presidente retomou ainda a conversa com o senador e ex-ministro de Minas e Energia Edison Lobão (PMDB-MA), com quem já havia se encontrado na semana

passada, mas ouviu que seria "muito difícil" mobilizar os senadores do Maranhão a favor da petista.

Lobão afirma que os parlamentares de seu Estado –Roberto Rocha (PSB) e João Alberto (PMDB)– "votarão em bloco" e que devem ficar a favor do impeachment.

Um aliado de Lula era direto ao resumir a conversa com Lobão no dia seguinte: "não foi boa". E foi esse o recado levado nesta terça ao Alvorada.

O ex-presidente se reuniu com Dilma e o presidente nacional do PT, Rui Falcão, além de integrantes de movimentos sociais na residência oficial da Presidência. Estenderam para um almoço com participação de ex-ministros do PT e fizeram um balanço sobre o fim do processo.

Dilma irá morar em apartamento a 200 metros da praia no Rio

De Felipe de Oliveira

Marina Dias

03/09/2016 2h00

Um apartamento com cerca de 125 m², a 200 m da praia de Ipanema, na zona sul do Rio, será o destino da ex-presidente Dilma Rousseff quando deixar o Palácio da Alvorada, em Brasília.

Localizado na região com um dos maiores IPTUs da cidade, o imóvel fica no terceiro pavimento de um prédio que tem quatro apartamentos por andar.

É de propriedade de Dilma Jane, mãe da petista.

Segundo moradores, cada um tem valor aproximado de R\$ 3,5 milhões.

Dos 32 apartamentos, somente 20 têm direito a uma vaga de garagem.

A petista era presença bissexta no local —sua última visita, segundo moradores, foi ainda na época de presidente, acompanhada de forte esquema de segurança.

A perspectiva de ter Dilma como vizinha dividiu a opinião de moradores ouvidos pela Folha. Um deles, que não quis se identificar, afirmou que a ex-presidente não é bem vista pelos demais.

Já para Fernanda Carla, que vive em um prédio vizinho, a presença poderá trazer benefícios.

"Ela já veio aqui outras vezes, não vejo problema em morar. Pode ser até bom, quem sabe a polícia não aparece mais aqui?"

O futuro endereço da ex-presidente fica próximo a pontos turísticos famosos como o Arpoador, o parque Garota de Ipanema e o Forte de Copacabana. Na esquina da rua está o hotel Fasano.

Para manter sua rotina de pedaladas, a ex-presidente terá uma das maiores ciclovias do Rio de Janeiro à disposição, que vai de Copacabana até São Conrado.

Se passear pela avenida da praia, a Vieira Souto, Dilma passará em frente ao apartamento do senador Aécio Neves –que fica a cerca de 950 m de distância do da petista.

Ainda em Brasília, a ex-presidente comentou pela primeira vez nesta sexta (2) a divisão da votação no julgamento de seu impeachment.

Ela disse que a medida "não atenua" a decisão dos senadores de cassar seu mandato. Segundo ela, o afastamento definitivo foi a decretação de sua "pena de morte política".

O advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo, diz que, com a absolvição na segunda votação, Dilma pode se candidatar a qualquer cargo eletivo. A chefe, por sua vez, afirma que "não tem projeto eleitoral elaborado".

O PSDB protocolou nesta sexta (2) um mandado de segurança que questionar a legitimidade do fatiamento. O documento tem o apoio do DEM, PPS e Solidariedade.

Julgamento de Bolsonaro no STF projeta embate sobre delação, penas e sobreposição de crimes

De Arthur Guimarães de Oliveira

31/08/2025 23h00

Marcado para começar nesta terça-feira (2), o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e dos demais réus do primeiro núcleo da trama golpista deve ter três focos principais de controvérsia jurídica, segundo especialistas.

A expectativa de advogados e professores consultados pela Folha é que o caso seja marcado por debates em torno da validade da delação premiada de Mauro Cid, da sobreposição de crimes e da caracterização de tentativa de golpe de Estado.

Bolsonaro responde no STF (Supremo Tribunal Federal) pelos crimes de tentativa de golpe de Estado, dano qualificado, organização criminosa armada, deterioração de patrimônio tombado e tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito.

O ex-presidente será julgado na Primeira Turma do tribunal, composta por cinco ministros. Até o momento, somente Luiz Fux tem dado indicativos de que pode ser um contraponto ao relator Alexandre de Moraes.

Um dos pontos que pode gerar divergência é a delação de Cid, que também vai a julgamento. O militar omitiu informações nos primeiros depoimentos e mudou de versão sobre figuras-chave no processo, como o ex-ministro Walter Braga Netto.

Dois pontos são centrais na análise da colaboração: a credibilidade e a voluntariedade. O primeiro trata do quão confiável é a palavra do delator, e o segundo, se as declarações foram prestadas por vontade própria, sem coerção.

Será a primeira vez que o colegiado do Supremo deve se debruçar efetivamente sobre a matéria. Quando recebeu a denúncia contra os acusados, a corte rejeitou pedidos das defesas para anular o acordo, mas sem aprofundar o debate.

No meio tempo, a revista *Veja* revelou que um perfil no Instagram atribuído a Cid teria sido usado para falar da delação, o que poderia configurar violação da cláusula de sigilo do acordo. Os diálogos, porém, também apontariam para uma possível falta de voluntariedade.

Uma falta de voluntariedade do militar poderia, como mostrou a *Folha*, comprometer a utilização das provas e afetar o processo, enquanto omissões ou quebras de sigilo tenderiam a atingir apenas Cid, que arrisca perder os benefícios do acordo.

Maíra Salomi, vice-presidente da Comissão de Direito Penal do Iasp (Instituto dos Advogados de São Paulo), diz que esse é um dos temas-chave do julgamento, afinal boa parte da ação está calcada na delação, embora não só.

"Não descartaria que tivéssemos votos divergentes com relação à rigidez do acordo, seja pela nulidade, seja pela descredibilidade dos depoimentos", diz a advogada. Outro ponto que deve ser suscitado em discussão é o enquadramento penal. Desde o início dos julgamentos sobre o 8 de Janeiro, debate-se sobre se tentativa de golpe de Estado já não presume a de abolição violenta do Estado democrático de Direito ou vice-versa.

A questão envolve o que o direito chama de consunção —quando um crime absorve o outro— e tem efeito direto na pena. A tentativa de golpe prevê reclusão de 4 a 12 anos, enquanto a de abolição do Estado de Direito vai de 4 a 8 anos.

Embora acredite que haja consunção neste caso, Alexandre Wunderlich, professor de direito penal da PUC-RS e do IDP, afirma que esta não é uma posição majoritária no STF, muito menos na Primeira Turma, onde o processo será julgado.

Ele acredita que, em vez de um crime absorver o outro, deve prevalecer no Supremo a tese de que há concurso material, ou seja, quando um réu responde por dois crimes distintos e as penas são somadas, o que leva a uma punição mais alta.

Mas, para Wunderlich, o que vai decidir o caso será encontrar os elementos da violência e grave ameaça dos quais tratam os crimes, o que dependerá da análise das provas e da avaliação individualizada da participação de cada um.

"Ele pensou, ele projetou, ele idealizou, mas ele cessou sua atividade e não concordou com a violência ou grave ameaça. Isso é um exame muito detalhado que, na minha opinião, é o que decide o caso", afirma o professor.

Antônio José Teixeira Martins, professor de direito penal da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), acrescenta que será central fixar quando esses crimes começam a ser praticados.

De modo geral, o direito organiza o curso de um crime em fases: cogitação, preparação, execução, consumação e exaurimento. Normalmente o ato só pode ser punido a partir do início da execução até a consumação; o que acontece antes ou depois, não.

Golpe e abolição, no entanto, são crimes que falam em tentativa, o que significa dizer que há um descolamento daquelas categorias. A lei não pune o golpe ou a abolição do Estado em si, mas o perigo, afirma Teixeira Martins.

De acordo com o professor, os critérios utilizados para classificar tentativas e atos preparatórios são muito debatidos, mas, em geral, prevalece o entendimento de que é preciso conjugar elementos objetivos e subjetivos.

Ou seja, existe um bem protegido —o Estado ou o governo— e é necessário haver uma ação que o coloque em risco. Se for só uma ideia, não ultrapassa o limiar do que se poderia chamar de execução.

Bolsonaro diz que considerou alternativas, mas nada além disso. "Evidente que o estudo, cogitação e o 'brainstorm' de possíveis medidas legais, sob um viés analítico de sua viabilidade e submissão à lei, não pode ser tido como ato violento", diz a defesa.

O que a PGR (Procuradoria-Geral da República) pretendeu demonstrar, e o que caberá ao STF analisar, é se os atos atribuídos ao ex-presidente e a aliados dele ultrapassaram a fronteira entre mera cogitação política e tentativa de golpe.

STF começa julgamento sobre trama golpista que deve sacramentar destino de Bolsonaro

De César Feitoza

01/09/2025 23h00

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) começa nesta terça-feira (2) o julgamento sobre a trama golpista de 2022 que pode condenar, pela primeira vez na história do país, um ex-presidente e generais por uma tentativa frustrada de golpe de Estado.

Jair Bolsonaro (PL) é acusado de ser o líder de uma organização criminosa instalada no Palácio do Planalto que lançou ataques contra as urnas eletrônicas, incitou as Forças Armadas à insurreição e planejou um golpe contra a eleição de Lula (PT) à Presidência da República.

O julgamento que se inicia nesta semana deve sacramentar um desfecho já considerado certo há meses por ministros do Supremo, advogados dos réus e políticos —a condenação do ex-presidente por crimes contra a democracia.

Além de Bolsonaro, o banco dos réus conta com sete integrantes da cúpula de seu governo (2019-2022): Alexandre Ramagem (ex-diretor da Abin, a Agência Brasileira de Inteligência), Almir Garnier (ex-comandante da Marinha), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional), Mauro Cid (ex-ajudante de ordens), Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa) e Walter Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil).

Todos são acusados dos crimes de tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição do Estado democrático de Direito, associação criminosa armada, dano qualificado ao patrimônio público e deterioração do patrimônio tombado.

No caso de Ramagem, a Câmara suspendeu parte do processo. Ele só deve responder pelos crimes do 8 de Janeiro após o fim de seu mandato parlamentar.

O julgamento vai se dividir em quatro etapas. Na primeira, o ministro Alexandre de Moraes lerá o relatório do processo. É um relato sobre como se deu cada etapa da instrução penal até o julgamento. Logo depois, começam as sustentações orais. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, terá duas horas para falar pela acusação, e cada defesa, uma hora para pedir a absolvição dos réus.

A expectativa é que as duas primeiras etapas tomem os dois primeiros dias de julgamento (2 e 3 de setembro). Na semana que vem, as sessões devem ser retomadas com o voto de Moraes e dos demais ministros da Primeira Turma: Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin, nesta ordem.

O julgamento vai se dividir em quatro etapas. Na primeira, o ministro Alexandre de Moraes lerá o relatório do processo. É um relato sobre como se deu cada etapa da instrução penal até o julgamento. Logo depois, começam as sustentações orais. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, terá duas horas para falar pela acusação, e cada defesa, uma hora para pedir a absolvição dos réus.

A expectativa é que as duas primeiras etapas tomem os dois primeiros dias de julgamento (2 e 3 de setembro). Na semana que vem, as sessões devem ser retomadas com o voto de Moraes e dos demais ministros da Primeira Turma: Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin, nesta ordem.

Depois, diz Gonet, o ex-presidente prosseguiu com discursos públicos para "inculcar sentimento de indignação e revolta nos seus apoiadores com o propósito de tornar aceitável e até esperável o recurso à força contra um resultado eleitoral em que o seu adversário político mais consistente triunfasse".

A denúncia destaca que Bolsonaro exortou à desobediência de decisões judiciais, espalhou informações falsas sobre as eleições, atacou ministros do STF e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e incitou as Forças Armadas contra seus adversários.

"O que parecia, à época, um lance eleitoral, em si mesmo ilícito e causador de sanções eleitorais, mostrou-se, a partir da trama desvendada no inquérito policial,

um passo a mais de execução do plano de solapar o resultado previsto e temido do sufrágio a acontecer logo adiante", diz Gonet na denúncia.

Bolsonaro acabou derrotado nas eleições de 2022 pelo seu principal oponente, Lula (PT).

A acusação sustenta que o ex-presidente tentou reverter o resultado eleitoral com uma busca por indícios de fraude nas eleições. O relatório de fiscalização das Forças Armadas não encontrou suspeitas.

O Partido Liberal tentou anular os votos depositados nas urnas eletrônicas de versão anterior a 2020, sob a falsa justificativa de que havia mau funcionamento. A sigla acabou multada por inépcia da denúncia e falta de indícios.

Sem sucesso na Justiça Eleitoral, Bolsonaro passou a se reunir com chefes das Forças Armadas para discutir alternativas para reverter a derrota. Em depoimento ao STF, o ex-presidente confirmou que se reuniu com os comandantes militares para estudar "possibilidades outras dentro da Constituição, ou seja, jamais saindo das quatro linhas".

"Em poucas reuniões, abandonamos qualquer possibilidade de uma ação constitucional", disse Bolsonaro. "Abandonamos e enfrentamos o ocaso do nosso governo".

Gonet diz que o golpe de Estado só não foi possível graças às recusas dos comandantes do Exército, general Freire Gomes, e da Aeronáutica, Baptista Júnior.

A última tentativa do grupo de voltar à Presidência, segundo a PGR, foi no ataque às sedes dos Poderes em 8 de janeiro. Ela diz que o episódio foi "fomentado e facilitado pela organização denunciada".

A defesa do ex-presidente nega a trama golpista. Diz que a Procuradoria inventou uma narrativa que ganhou a imprensa e resultou em um "processo tão histórico quanto inusitado".

Os advogados de Bolsonaro dizem que a acusação não conseguiu reunir provas sobre as minutas de decreto golpistas nem estabelecer vínculos concretos entre o ex-presidente e os ataques de 8 de janeiro.

"Não há como condenar Jair Bolsonaro com base na prova produzida nos autos, que demonstrou fartamente que ele determinou a transição, evitou o caos com os caminhoneiros [que bloquearam estradas após sua derrota eleitoral] e atestou aos seus eleitores que o mundo não acabaria em 31 de dezembro, que o povo perceberia que o novo governo não faria bem ao país", diz a defesa em suas alegações finais.

STF estima que prisão de Bolsonaro para cumprir pena deve ocorrer até dezembro

De César Feitoza

12/09/2025 12h00

Integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal) estimam que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deve ser preso para cumprir pena em regime fechado no máximo em dezembro. Isso pode ocorrer antes, em outubro ou novembro, a depender do tempo que a corte levará para analisar recursos das defesas e encerrar o processo.

Bolsonaro foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão por tentativa de golpe de Estado, sob acusação de liderar uma trama para permanecer no poder. Serão 24 anos e nove meses de reclusão, e o restante de detenção.

Atualmente em prisão domiciliar, o ex-presidente só deve ser preso em regime inicial fechado depois do fim do processo, quando a defesa não tiver mais recursos a apresentar ao Supremo. A jurisprudência do tribunal define que a pena pode ser cumprida após a rejeição dos dois primeiros embargos de declaração.

Esses embargos, normalmente, não alteram o resultado do julgamento, mas buscam esclarecer eventuais omissões ou erros na decisão.

A estimativa sobre o começo da prisão em regime fechado envolve prazos para apresentação do acórdão do julgamento, que traz os votos dos ministros e o resultado final, e da análises de recursos.

A publicação do acórdão do julgamento encerrado nesta quinta-feira (11) pode levar cerca de 35 dias. As defesas teriam mais cinco dias para apresentar os primeiros embargos de declaração, e a Procuradoria-Geral da República se manifestaria em outros cinco. Só então o recurso seria julgado.

A estimativa sobre o começo da prisão em regime fechado envolve prazos para apresentação do acórdão do julgamento, que traz os votos dos ministros e o resultado final, e da análises de recursos.

A publicação do acórdão do julgamento encerrado nesta quinta-feira (11) pode levar cerca de 35 dias. As defesas teriam mais cinco dias para apresentar os primeiros embargos de declaração, e a Procuradoria-Geral da República se manifestaria em outros cinco. Só então o recurso seria julgado.

São citados três possíveis destinos para Bolsonaro: a Superintendência da Polícia Federal em Brasília, uma cela especial no Centro Penitenciário da Papuda, também na capital, e um quartel do Exército. A última possibilidade é tida como remota por integrantes do STF.

A defesa do ex-presidente também planeja um pedido de prisão domiciliar depois de esgotar todos os recursos possíveis à condenação. O argumento será de que a saúde do político, de 70 anos, é frágil. Ele já passou por seis cirurgias desde a facada sofrida na campanha eleitoral de 2018.

A decisão sobre o local de cumprimento da pena será tomada por Alexandre de Moraes, que é relator da ação que levou à condenação do ex-presidente.

Bolsonaro está em prisão domiciliar desde o início de agosto por descumprir medidas cautelares determinadas pelo ministro. Há a possibilidade de o ex-presidente ser levado mais cedo ao regime fechado se ele ferir novamente as restrições já impostas ou se houver algum tipo de risco de fuga.

A Papuda, como é conhecido o complexo penitenciário de Brasília, já recebeu políticos famosos, como Paulo Maluf e Luiz Estevão, os dois condenados por corrupção. Como mostrou a colunista da Folha Mônica Bergamo, a possibilidade de prisão no local causa pânico a Bolsonaro.

A hipótese de cumprimento de pena em um prédio da Polícia Federal aproximaria o ex-mandatário do caso do hoje presidente Lula (PT). O petista ficou 580 dias na sede da PF em Curitiba depois de ser condenado e preso em 2018 no âmbito da Operação Lava Jato.

A PF já providenciou uma cela especial em Brasília para o caso de Bolsonaro ser colocado em prisão preventiva. A cela é uma sala improvisada com banheiro, cama, mesa e televisão, características semelhantes às do espaço que foi ocupado por Lula em Curitiba.

A possibilidade de o ex-presidente ficar detido em um quartel do Exército se deve ao fato de ele ser capitão reformado. A ideia desagrade a cúpula militar.

Integrantes do STF avaliam que prender Bolsonaro em uma área militar poderia estimular movimentos de apoiadores em áreas próximas ao Quartel-General do Exército, em Brasília.

A condenação do ex-presidente se dá em meio à pressão de aliados por uma anistia no Congresso e está inserida em um ambiente de polarização política com implicações na eleição presidencial do ano que vem. Ministros do STF vêm se posicionando contra esse perdão.